

 **7ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar contratos celebrados pela SMED a partir de 2021**

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): (10h10min.) Bom dia a todos. Estamos iniciando mais uma sessão da CPI da Educação, na data do dia 20 de novembro de 2023. Estaremos então fazendo a verificação de quórum para dar início à sessão: Ver.^a Mari Pimentel. (Pausa.) Presente. Ver.^a Cláudia Araújo. (Pausa.) Ver. Mauro Pinheiro. (Pausa.) Presente. Ver.^a Biga Pereira. (Pausa.) Ver. Claudio Janta. (Pausa.) Ver.^a Comandante Nádia. (Pausa.) Presente. Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.) Presente. Ver. Jonas Reis. (Pausa.) Ver. José Freitas. (Pausa.) Ver. Moisés Maluco do Bem. (Pausa.) Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino. (Pausa.) Ver. Roberto Robaina. (Pausa.). Temos quórum na presente CPI. Estaremos começando com a oitiva da testemunha Giovane Vaz.

(Manifestação fora do microfone da Ver.^a Comandante Nádia.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): É que só foi convocada a CPI. Se tiveres interesse, a gente pode fazer... Eu não sei...

(Manifestação fora do microfone da Ver.^a Comandante Nádia.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Bom, todos os vereadores terão o mesmo tempo de fala, tudo igual, e daí nós estaremos, então, Ver. Mauro Pinheiro, que é o nosso relator, anexando as três oitivas que nós teremos no dia de hoje na CPI do governo também, para que você consiga conduzir o relatório da melhor maneira possível.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Bom dia. Presidente, todos os vereadores das duas CPIs podem participar de forma equânime, depois a gente anexa. Pode ser, Ver. Cecchim, Ver.^a Nádia?

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA PP): Bom dia, Presidente Mari, Presidente Cecchim, relator Mauro, tendo em vista que nós temos três oitivas, eu acho que seria bom, Presidente, a senhora determinar o tempo para cada oitiva. A gente tem visto que uma oitiva tem se arrastado até a uma da tarde, nós não vamos vencer se nós não tivermos um tempo delimitado. Então eu sugiro, nós estamos começando às 10h da manhã, a sugestão é que sejam 40 minutos para cada testemunha – são três hoje –, e que haja um controle por parte do relator e da senhora, senão nós não vamos vencer a pauta, e hoje, pelo que consta do combinado das duas CPIs, é o último dia para oitivas ou para qualquer outro tipo de manifestação. Então eu gostaria que a senhora colocasse em votação, fizesse um acordo antes com os vereadores que estão presentes na CPI.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Obrigada, vereadora. Nós estaremos trabalhando com a brevidade das oitivas, mas entendemos a importância, e nós não sabemos se uma vai demorar mais que a outra.

Vamos dar início ao trabalho e gostaria de solicitar aos vereadores que sejam breves e objetivos nas suas perguntas e nas suas falas. Vou passar a palavra para o Ver. Mauro Pinheiro, relator, que irá conduzir, então, o processo de tomada de depoimento das testemunhas.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Bom dia. Só lembrando, o senhor está aqui como testemunha, peço que o senhor fale a verdade para que não tenha um prejuízo maior por não falar a verdade. Peço ao senhor que diga, em primeiro lugar, seu nome, sua idade, estado civil, seu endereço e a profissão.

SR. GIOVANE MARTINS VAZ DOS SANTOS: Bom dia. Meu nome é Giovane Martins Vaz dos Santos, tenho 29 anos, solteiro, moro na Rua Marcílio Dias 575, apartamento 402, sou assessor de investimentos.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Gostaria que o senhor jurasse que vai dizer somente a verdade perante esta CPI.

SR. GIOVANE MARTINS VAZ DOS SANTOS: Prometo.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): O senhor trabalhou na SMED ou trabalha na SMED?

SR. GIOVANE MARTINS VAZ DOS SANTOS: Eu trabalhei na SMED de 2021 a 2023 exercendo os cargos de chefe da unidade de obras e coordenador de recursos e serviços.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): O senhor trabalhava lá como cargo de confiança?

SR. GIOVANE MARTINS VAZ DOS SANTOS: Sim.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Por quem o senhor foi indicado?

SR. GIOVANE MARTINS VAZ DOS SANTOS: Eu sou da área de educação, sou formado em filosofia, licenciatura, conheci o prefeito durante a campanha e fui indicado, então, em 2021 para assumir uma função na Secretaria.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Qual a sua função que o senhor exercia na Secretaria?

SR. GIOVANE MARTINS VAZ DOS SANTOS: Eu comecei como coordenador de obras e depois eu passei para coordenação de recursos e serviços.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Senhor participava na parte da licitação, das compras, o senhor participou – o senhor deve estar acompanhando a CPI de alguma forma – dessas compras que foram realizadas pela Prefeitura e que são objetos da CPI? O senhor participou ativamente em alguma dessas licitações de alguma forma?

SR. GIOVANE MARTINS VAZ DOS SANTOS: Não. Não participei de nenhuma dessas compras.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): E as reformas das escolas, passou... Era no seu setor?

SR. GIOVANE MARTINS VAZ DOS SANTOS: Sim. Eu comecei na Coordenação de Obras, depois na Coordenação de Recursos e Serviços, o Setor de Obras também fazia parte desse organograma.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Qual a sua função nessa parte das obras?

SR. GIOVANE MARTINS VAZ DOS SANTOS: Eu chefiava a coordenação-geral. Então, dentro desse setor, tinha as unidades com os técnicos. Na unidade de obras, a gente tinha um quadro de engenheiros que eram responsáveis por fazer os projetos das escolas e também de fazer o acompanhamento e a execução dessas obras.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): A sua parte é na parte da contratação ou da execução, a que o senhor trabalhava, ou ambas?

SR. GIOVANE MARTINS VAZ DOS SANTOS: Ambas. Eu, diretamente não trabalhava nessa área, porque eu não sou engenheiro. Então, eu fazia a

coordenação desse setor – ele tinha um chefe de unidade. E então, esse setor, sim, fazia o acompanhamento dos projetos e também da execução das obras.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Qual era a sua função então? Era a contratação?

SR. GIOVANE MARTINS VAZ DOS SANTOS: Não, eu não participava de contratação. A contratação era sempre feita ou diretamente pelas escolas até o limite de dispensa de licitação, ou, então, licitados pela SMED mesmo, mas aí o Setor de Obras que fazia os projetos básicos e os documentos técnicos.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Quem era o seu chefe direto?

SR. GIOVANE MARTINS VAZ DOS SANTOS: Era a secretária Sônia.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): A secretária Sônia. Por mim, está *ok*.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Muito obrigada. Eu vou passar a palavra para o Ver. Aldacir Oliboni, que está inscrito já para fazer a sua primeira pergunta.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Bom dia, nobre Presidenta, relator, nosso convidado Giovane Martins Vaz dos Santos, colegas vereadores e vereadoras. Sr. Giovane, o senhor poderia detalhar como se deu, de forma geral, o processo de recebimento de materiais e posterior liquidação e liberação para o pagamento no âmbito da Secretaria da Educação?

SR. GIOVANE MARTINS VAZ DOS SANTOS: O fluxo correto para o recebimento de materiais era da seguinte forma: o depósito, ele tinha um quadro

de servidores que recebia esses materiais. No mínimo, três servidores deveriam atestar o recebimento dos materiais. Isso falando em termos de quantidade e também comparando com a nota fiscal. Após isso, eles encaminhavam a nota fiscal para pagamento. Existe um processo único do Município para o pagamento de notas fiscais. Incluindo notas fiscais e confirmando o recebimento e também as quantidades desses materiais, elas eram encaminhadas para pagamento e o pagamento era feito de forma automática, digamos assim.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Eu perguntei isso, nobre Dr. Giovane, porque V. Sa. foi o servidor responsável pela denúncia sobre possíveis esquemas na combinação de orçamentos para liberação de verbas na SMED. Poderia nos relatar como se dava isso?

SR. GIOVANE MARTINS VAZ DOS SANTOS: Sim, assim que eu assumi o Setor de Obras, alguns engenheiros me procuraram e relataram que tinham um desconforto muito grande, porque existia uma prática na SMED já muito antiga de aprovação sempre dos mesmos orçamentos, das mesmas empresas, de modo que a mesma sempre era beneficiada. Isso tanto em obras de engenharia civil quanto de engenharia elétrica. Eu fui averiguar isso, fiz um relatório, busquei todos os processos, desde que o processo SEI foi criado, então todos os processos digitais eu olhei, e verifiquei que realmente existia um padrão. As mesmas empresas acabavam sempre sendo, de alguma forma, beneficiadas. Algumas diretoras também comentaram sobre isso, em algumas visitas que eu fiz nas escolas, por isso eu achei importante levar esse relatório para as instâncias superiores da Prefeitura.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Nós estamos praticamente terminando as oitivas aqui na CPI. O que o senhor poderia adiantar, pessoalmente, na sua visão interna, depois que acabou sendo afastado o senhor percebeu alguma irregularidade? Quem seriam os responsáveis por isso?

SR. GIOVANE MARTINS VAZ DOS SANTOS: Em relação às verbas extras, esse relatório foi bem detalhado em relação às empresas que eram beneficiadas, digamos assim, e também aos servidores que participavam mais desse processo. Eu não fui responsável por fazer nenhum tipo de investigação, passei isso para a instância superior, que era secretária, e, a partir disso, foi aberta uma auditoria que fez uma investigação mais completa. Eu não tenho detalhe sobre essa auditoria, eu não sei quais foram os servidores apontados como os responsáveis, mas nesse relatório eu indiquei aqueles que participavam mais dos processos.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Na sua opinião, observando o que acontecia no centro do governo, havia muitos que estavam na Secretaria da Educação, mas eram do Gabinete do Prefeito: as decisões saíam da Secretaria da Educação ou vinham determinadas pelo representante do Gabinete do Prefeito?

SR. GIOVANE MARTINS VAZ DOS SANTOS: Eu não participei desses processos de aquisições, então eu não saberia dizer de onde vieram essas determinações, não cheguei a participar nem de reuniões dessas aquisições. Quando eu retorno para a SMED, em 2022, esses processos já estavam até em andamento, então eu não tenho como como lhe dar essa informação.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): O senhor acabou – para concluir, nobre presidenta – sendo demitido. Quais foram as razões da sua demissão? Qual é a sua opinião sobre isso?

SR. GIOVANE MARTINS VAZ DOS SANTOS: Em 2023, após as reportagens serem divulgadas, eu fui para a Secretaria de Parcerias, eu já desempenhava, na Secretaria de Educação, um projeto de PPP, de parceria público-privada, que é, ao meu ver, um projeto que tem grande potencial de solucionar os problemas administrativos das escolas, principalmente na área de obras. Então, eu fui para

a Secretaria de Parcerias para conduzir esse projeto lá. A minha exoneração não teve uma justificativa, então eu não saberia dizer exatamente por que o governo tomou essa decisão. Mas eu, assim como outras pessoas que trabalhavam na Secretaria, na época, também foram exonerados, imagino que isso tem a ver muito até com a questão da entrevista que o prefeito deu, falando sobre “o andar de baixo”. Então, eu imagino que seja isso, mas eu não posso falar pelo prefeito, pelo governo sobre quais foram os motivos, porque até não me falaram também.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Ok, obrigado, Presidente.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Muito obrigada, passo a palavra para o Ver. Claudio Janta.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Bom dia, Srs. Presidentes, Ver.^a Mari Pimentel e Ver. Idenir Cecchim; relator Mauro Pinheiro; Sr. Giovane Vaz, eu tenho uma inquietude aqui e uma pergunta para lhe fazer. O seu advogado já esteve aqui junto com o ex-secretário adjunto Mário Lima, por que motivo o senhor contratou o mesmo advogado do secretário adjunto Mário Lima?

SR. GIOVANE MARTINS VAZ DOS SANTOS: Quando surgiu todo esse contexto da divulgação das reportagens e após a oitiva do secretário Mário, eu percebi que a nossa situação era bem parecida, não é? Eu também temia que existisse uma tentativa de imputação de responsabilidade para mim, por trabalhar no setor administrativo, embora a gente não tenha participado de nenhum desses processos de compra. Houve até uma blindagem, de certa forma, para que esses processos não passassem pela gente. Então, eu entrei em contato com o Mário, pedi para fazer uma reunião com o Dr. Adriano. Fiz essa reunião, gostei bastante do trabalho que ele tinha a oferecer e resolvi contratá-lo também para a minha defesa.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Surgiu, no centro desta CPI, além das realizações, aquisições realizadas pela SMED, a falta de transporte para a distribuição dos materiais adquiridos para as escolas. Surgiram também vários ruídos sobre a falta de transporte escolar para alunos da SMED com PCD. Quais providências foram tomadas pelo setor administrativo para melhorar esse atendimento de transporte da logística e também dos alunos, do PCD?

SR. GIOVANE MARTINS VAZ DOS SANTOS: Do mesmo processo até que foi divulgado pela imprensa, o pedido que o setor administrativo fez para a ampliação da frota de caminhões, para melhorar a logística da SMED, nós também pedimos mais *vans* escolares para atender a demanda judicial, que é muito forte hoje no Município, de transporte para crianças com necessidades especiais. Então, a gente justificou, no mesmo despacho, que a gente precisava tanto dos caminhões – a gente tinha um caminhão baú só para fazer o transporte de todos os materiais – quanto das *vans* escolares – nós tínhamos duas *vans* que faziam transporte para duas escolas especiais, a Lucena, e agora me foge o nome da segunda. Infelizmente o parecer do CGOF, que é o setor que faz esses pareceres sobre orçamento, foi negativo, justificando que existia uma determinação para a não ampliação de frota no Município com algumas exceções de gastos.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): O que a Sra. Melissa Custódio fazia na SMED durante a gestão da secretária Sônia? E o que ela fez lá como interventora? A Sra. Melissa Custódio conhecia os ritos internos de compra da SMED e os problemas de logística existentes? E o senhor sabe me dizer onde a Sra. Melissa Custódio estava lotada antes de ser designada para a SMED?

SR. GIOVANE MARTINS VAZ DOS SANTOS: A Sra. Melissa, inicialmente, estava lotada na Secretaria de Modernização Institucional, alguma coisa assim, eu não tenho certeza agora do nome. Ela era responsável por fazer o acompanhamento dos projetos da SMED; então, todas as aquisições passavam

também por essa secretaria, que fazia o acompanhamento e o monitoramento para verificar se eles estavam acontecendo no prazo correto, com o intuito, principalmente, de alcançar os 25%.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Ver. Claudio Janta...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. GIOVANE MARTINS VAZ DOS SANTOS: Ela era responsável por esse monitoramento, depois, quando surgiram as denúncias na imprensa, ela assumiu como secretária adjunta, eu creio que esse é o cargo dela atual hoje. E também foi a responsável pela força-tarefa do prefeito para a distribuição dos materiais.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. GIOVANE MARTINS VAZ DOS SANTOS: Acredito que sim, acredito que sim.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Eu vou aproveitar a pergunta do Ver. Claudio Janta, Giovane, e fazer uma pergunta com relação ao trabalho da servidora Melissa Custódio, que me parece que o trabalho dela, antes de ir para a Secretaria de Educação, era fazer realmente esse acompanhamento das aquisições que aconteciam e de tudo que acontecia na Secretaria de Educação. Tanto que as reuniões, pelo que eu sei, eram semanais, e ela acompanhava o que estava acontecendo. Quando nós tivemos aí as reportagens trazendo o escândalo da educação, a Prefeitura se mostrou surpresa com a quantidade de materiais, com o que estava acontecendo, mas... e alocou a servidora, então, Melissa, para ser quem fizesse o acompanhamento da força-tarefa, mas ela já era responsável, há quase um ano, por acompanhar as aquisições da SMED. Como tu vê essa situação, que me parece um pouco problemática? Ou é uma

narrativa que veio para fora para nós aqui na Câmara de Vereadores e para a população, que ela não sabia de nada, a Prefeitura não sabia de nada, e ela iria conduzir uma força-tarefa; ou, me parece que, em algum momento, ela foi omissa no trabalho anterior dela, porque ela fazia esse acompanhamento uma vez por semana e, pelo jeito, não passou ao prefeito, ou o prefeito não informou à população de Porto Alegre que sabia disso. Como o senhor vê essa situação?

SR. GIOVANE MARTINS VAZ DOS SANTOS: Até contextualizando um pouco a questão da logística, em 2021, quando eu assumi a coordenação de recursos e serviços, eu passei a visitar os depósitos da SMED e eu verifiquei que, há muito tempo, eles não recebiam nenhum olhar. Até os servidores comentaram que ninguém ia lá, nem secretário, nem ninguém mesmo. E até, por iniciativa do secretário Mário e minha, nós passamos a situação para a secretária Janaina, na época, e também isso chegou no prefeito. O prefeito fez uma visita no depósito e conheceu todos os problemas que se apresentavam lá, como, por exemplo, a reforma do depósito, que não tinha sido feita, uma grande quantidade de materiais que não eram distribuídos, como uniformes, desde 2016, em situação já precária. Então, dessa visita, várias pessoas do governo participaram, até porque o patrimônio no Município não é uma ingerência da SMED e nem de nenhuma secretaria. Nenhuma secretaria tem autonomia suficiente para conseguir gerir o patrimônio, existe uma secretaria para isso. Vários nomes importantes do governo participaram dessa visita, tomaram conhecimento disso e, a partir disso, diversos expedientes foram abertos, como por exemplo, o processo de reforma do depósito que foi iniciado em 2021. O prefeito determinou a doação dos bens inservíveis, que era uma situação também muito complicada, e a gente dependia muito da alienação via licitação, via leilão, e isso demorava bastante. Nós tomamos essas providências, nós iniciamos o processo de licitação da reforma e também foi feito um edital para a doação. O edital para a doação dos inservíveis acabou não saindo; a SMAP não concordou com essa via. E a licitação da reforma acabou saindo após as denúncias na imprensa. Então, claro, a ideia aqui não é transferir a culpa para

ninguém, mas todo mundo sabia do problema da logística. Inclusive, as compras poderiam ter sido feitas de outra forma, na minha opinião, mas eu não cheguei a ser consultado sobre isso, não era a minha...

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Mas a Melissa, então, acompanhava semanalmente? Sendo que ela não era da Secretaria de Educação, ela era de uma outra secretaria que respondia ao prefeito, e acompanhava semanalmente as aquisições que eram feitas na Secretaria de Educação no ano de 2022?

SR. GIOVANE MARTINS VAZ DOS SANTOS: Sim, era uma secretaria responsável pelo monitoramento dos projetos prioritários de todas as secretarias da Prefeitura. Então, acredito que ela fazia esse acompanhamento também em outras secretarias em relação aos projetos prioritários. Em 2022, os projetos prioritários na SMED eram as aquisições, até com esse objetivo de alcançar os 25%.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Então, ela fez uma força-tarefa sobre o que ela já estava monitorando, mas, de alguma maneira, não foi monitorado porque aconteceu o escândalo da educação.

SR. GIOVANE MARTINS VAZ DOS SANTOS: Eu diria que sim.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Muito obrigada. A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Bom dia, Giovane. O senhor disse que era chefe de recursos e serviços, e que quando assumiu identificou alguns problemas nas compras e na questão de despesas liberadas para reformas de escolas, isso e aquilo. *Bueno*, a partir do momento em que o senhor identificou, fez esse relatório, que está certo, a gente tem que fazer isso – a partir do

momento em que se identifica algo errado, se faz um relatório. A minha pergunta é se houve a correção do que estava errado naquele momento.

SR. GIOVANE MARTINS VAZ DOS SANTOS: Sim, após o relatório, tanto o prefeito quanto a secretária foram muito diligentes em afastar os servidores que eles viram como um envolvimento inicial, até de forma preventiva, e nós fizemos uma instrução normativa que criava diversos fluxos de modo a impedir que orçamentos daquele tipo voltassem a passar. A gente via orçamentos que eram feitos em Word, sem assinatura dos responsáveis técnicos, a gente via que eram sempre as mesmas empresas, às vezes o mesmo empreiteiro conversava com as escolas. Então, a partir dessa instrução normativa, isso foi corrigido. E a gente também fez uma orientação muito forte com os técnicos do setor, para que orientassem fortemente as diretoras a não aceitarem, por mais simples que parecesse, porque às vezes a diretora não está mal-intencionada, ela aceita os três orçamentos porque ela realmente precisa de agilidade para fazer a reforma. Mas a gente fez diversas reuniões para explicar o quanto isso era importante, manter esse fluxo funcionando bem. E a partir disso não vimos mais nenhum processo desse tipo ocorrer na secretaria.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Excelente, parabéns! Esses servidores que tinham essa má prática, conduta que não era correta, eles eram servidores de carreira ou eram CCs?

SR. GIOVANE MARTINS VAZ DOS SANTOS: Alguns eram servidores de carreira e acredito que só um deles só era CC.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): E o senhor tem como lembrar se seria de carreira de muito tempo ou não... Porque nós estamos falando aqui de um problema que pode ser pontual ou de um problema que pode estar sendo arrastado há muito tempo por servidores concursados, e isso é importante que a gente diga.

SR. GIOVANE MARTINS VAZ DOS SANTOS: Eu não tenho certeza de quando exatamente eles entraram no Município. Pelo período que foi analisado, desde 2017, já eram servidores que estavam há mais tempo no Município.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): E a minha última pergunta seria no caso também dos depósitos, que o senhor já respondeu, mas eu gostaria que ficasse bem claro, até porque a servidora Melissa, que é CC, está, já faz algum tempo, inclusive esteve na minha secretaria, quando eu fui secretária, fazendo fiscalização – isso é bom que a gente diga, Presidente – do que acontece dentro de cada secretaria a respeito de prazos, para não serem perdidos, tanto de convênios como de compras. É algo bem normal que haja um colegiado que faça esse cuidado com todas as secretarias. Quanto aos depósitos, também com erros. Quem cuidava desses depósitos, eram cargos de confiança ou eram concursados? E, a partir do momento em que foi identificado o problema, se ele foi corrigido e de que forma.

SR. GIOVANE MARTINS VAZ DOS SANTOS: O problema foi identificado em 2021, como eu falei antes. Assim que a gente visitou o depósito, nós acionamos tanto a secretária quanto o prefeito, então, todas as secretarias que participam de alguma forma do programa, do Setor de Patrimônio na Prefeitura tomaram conhecimento desse problema. Nós tomamos as medidas para solucionar, primeiramente, a questão da entrega, do que estava lá guardado. Então, os uniformes, nós distribuimos todos, nós fizemos uma conscientização bem forte também com as direções, que até não sabiam mais que os uniformes estavam ainda guardados, e nós conseguimos distribuir tudo. O que demorou um pouco mais foi a questão da reforma dos depósitos e também da alienação dos bens inservíveis, até pelos trâmites burocráticos que isso envolve, mas essas situações foram... Todas as providências foram tomadas, inclusive em termos de solicitar mais caminhões e, enfim.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. GIOVANE MARTINS VAZ DOS SANTOS: Quem fazia a chefia do depósito era uma servidora de carreira, mas esse é outro problema que eu acredito que nem é só da Secretaria de Educação, acho que é de todos os almoxarifados da Prefeitura. Os nossos depósitos, eles não são feitos para realmente distribuir materiais em grande quantidade, eles são os setores, almoxarifados que distribuem para suprir as demandas das secretarias. Então, o nosso depósito, eu não sei como está hoje, mas, na época, nós tínhamos poucos servidores, quase todos de outras áreas. Não eram servidores formados em administração, assistentes administrativos, até porque, pelas condições de depósito, ninguém queria trabalhar lá, mas eram servidores, sim, e muito responsáveis inclusive, pessoas que começavam a trabalhar às 6 da manhã e iam até muito tarde.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Eu posso só perguntar com relação a essa questão que foi perguntada pela Ver.^a Comandante Nádia. Nós temos, o senhor falou que um servidor não era concursado, e aqui a gente pode já dar os nomes, eu acredito que era o antigo secretário Ramiro Tarragô. Esse servidor, para onde ele foi? E a minha pergunta: tendo em vista o escândalo das verbas extras que foi noticiado e tudo o que aconteceu, o senhor, entrando na Secretaria de Educação, existe alguma possibilidade de essa situação ter acontecido, se não houvesse um padrinho para que isso acontecesse? Os servidores apenas do baixo escalão teriam como ter feito uma situação assim sem ninguém saber, se não tivesse alguém acima que validasse?

SR. GIOVANE MARTINS VAZ DOS SANTOS: Eu não saberia dizer, não saberia responder isso, porque, realmente, eu não estava nas outras gestões para saber como que funcionavam as coisas. O que eu vi é que realmente isso era um padrão. Claro, tinham diversas assinaturas ali tanto de alto escalão, quanto de baixo escalão, mas eu não sei em que nível que essas pessoas do alto escalão sabiam também como que funcionava esse fluxo de contratação.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Sim. E para onde o secretário... Ele era concursado, ou ele era CC naquele momento?

SR. GIOVANE MARTINS VAZ DOS SANTOS: Ele era CC. Eu soube que ele foi exonerado e, pouco tempo depois, ele passou num concurso. Daí ele se tornou servidor e foi trabalhar no DEMHAB.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Sr. Giovane, quando o senhor foi exonerado da Secretaria de Educação, em algum momento o senhor foi servidor do DEMHAB no mesmo momento em que o Sr. Ramiro?

SR. GIOVANE MARTINS VAZ DOS SANTOS: Sim.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): E o senhor considera estranho isso ter acontecido, o senhor foi quem denunciou o escândalo da verba essa no qual o servidor estava envolvido e, ao mesmo tempo, o senhor foi para a mesma secretaria que ele?

SR. GIOVANE MARTINS VAZ DOS SANTOS: Estranho até pode parecer, mas eu não sei dizer se isso foi intencional de alguma maneira, ou não. Ninguém me justificou nada em relação a esse sentido.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Quem lhe convidou para ir para outra secretaria?

SR. GIOVANE MARTINS VAZ DOS SANTOS: Eu trabalhava na Secretaria de Educação. No momento em que a secretária Janaina saiu, houveram algumas mudanças. Aí, dentro dessas mudanças, o governo pediu, através do meu partido, para ir trabalhar no DEMHAB.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Qual é o seu partido?

SR. GIOVANE MARTINS VAZ DOS SANTOS: Cidadania.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Passo a palavra para a Ver.^a Biga Pereira.

VEREADORA BIGA PERERA (PCdoB): Bom dia, vereadores, vereadoras, Presidente Mari, secretário, relator Mauro Pinheiro; e o nosso convidado Giovane, obrigada por atender ao nosso convite, estar aqui. Penso que a oitiva com o senhor, que estava dentro da SMED quando esse processo todo de investigação veio à tona e que hoje a cidade fica estarecida diante de tantas possíveis irregularidades... O objetivo desta CPI está claro. Com tantas irregularidades, nós entendermos essa mudança de fluxo que aconteceu na chegada da secretária Sônia e que ainda não está claro, esse fluxo, de quem era a responsabilidade de decisão, é um jogando para o outro, enfim. Muitos materiais – já foi dito aqui, Sr. Giovane –, que, após a aquisição, não foram entregues às escolas. Essa dificuldade que é o que tenta se... a leitura que a Prefeitura traz publicamente é que o problema que se deu foi de logística. Muito bem, esse problema de logística, que já era de conhecimento da gestão, da realização de compra, era sabida a existência de dificuldades, portanto, qual o motivo de dar seguimento a um elevado número de compras de tantos itens em tão curto espaço de tempo, com a máxima urgência, sendo que não se tinha, isso foi véspera do *réveillon*, sem ter sequer onde guardar? Eu lhe pergunto: o senhor tem conhecimento que o Sr. Jailson entregou os materiais da Astral Científica em um depósito na Rua La Plata, que, na época, sequer era da SMED, visto que o contrato com o Município foi assinado posteriormente à entrega? Quem autorizou essa entrega?

SR. GIOVANE MARTINS VAZ DOS SANTOS: Eu tomei conhecimento da visita do Jailson no depósito pelas notícias. Quando eu vi que ele... Eu fui nesse dia

da entrega, foi meio que a inauguração do depósito, e mais alguns servidores da SMED também foram. Eu fui lá para abrir o depósito, outros foram para fazer a conferência dos materiais, e ele me foi apresentado como uma pessoa da empresa, que eu achei até que fosse um dos entregadores, porque, realmente, não sabia quem ele era. Depois que eu vi que tinha até fotos dele dentro do depósito. Sobre a questão do início sem cobertura contratual, a secretária Sônia me avisou na noite anterior, na noite antes do depósito ser aberto que tinha um carregamento já chegando na SMED, e daí eu avisei ela que a gente não tinha lugar para guardar no nosso depósito na Olavo Bilac. Então ela pediu para eu conversar com o proprietário para a gente abrir o depósito antes para receber esses materiais. Foi três dias antes da assinatura do contrato, o processo já tinha passado por todos esses trâmites, e, depois, quando surgem situações como essa, em que a gente inicia um contrato, ou melhor, a gente inicia um serviço sem o contrato assinado, a gente tem que fazer um pagamento por indenização administrativa. Então, nesse pagamento, a gente tem que justificar por que foi feito esse processo fora do fluxo comum, e essa justificativa sempre ela deve ser atestada pelo titular da pasta. Então o pagamento foi feito de forma regular, embora o início não tenha sido feito dentro do trâmite correto.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Desculpa se eu não ouvi direito, mas eu comentei aqui sobre a compra de tantos itens num espaço de tempo tão rápido, com tanta urgência, quando sequer tinha um lugar para guardar. Qual era a urgência dessa compra? O senhor saberia dizer?

SR. GIOVANE MARTINS VAZ DOS SANTOS: Eu creio que é o gasto de 25% que a SMED tinha que fazer em 2022. Eu não tenho essa informação correta, porque eu não participava das deliberações do governo sobre isso. Claro, se me perguntassem, eu diria que o primeiro passo seria reformar os depósitos, reformar as escolas para preparar para receber os materiais e depois, sim, fazer as aquisições. Mas eu entendo que existia também uma urgência por parte do

governo de alcançar esses 25%, até para evitar problemas maiores para o prefeito, que poderia ficar inelegível.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Certo. Quando as matérias sobre os depósitos foram divulgadas pela imprensa, o secretário adjunto, secretário Mário, que já foi ouvido aqui por nós, foi exonerado da SMED, após uma entrevista em que o prefeito prometeu “mexer no andar de baixo”, essas são as palavras dele. Na sua visão, o problema de logística da secretaria é dos servidores que trabalhavam lá na ponta, como afirmou o prefeito? Como foi o processo, esse processo? Nós observamos que, além de identificar que o único problema era de logística, também é feita uma tentativa de culpabilizar – porque buscam-se culpados – os servidores. Aqui nesta CPI é visível, quando se tenta colocar a responsabilidade nos servidores de carreira, livrando os que são os chamados cargos de confiança ou funções gratificadas. Eu lhe pergunto sobre este processo: a quem, de verdade, o senhor atribui a responsabilidade de tantas irregularidades nestas compras, o que então é o motivo das investigações desta CPI?

SR. GIOVANE MARTINS VAZ DOS SANTOS: Eu não me sinto confortável em atribuir responsabilidade a alguém, até porque não é o meu papel. O que eu posso falar é em relação aos servidores que trabalhavam no Patrimônio, que eram extremamente sérios, extremamente competentes, alguns trabalhando além das suas capacidades, porque tinham problemas de saúde, enfim, mas sempre muito eficientes e sempre muito dedicados. Inclusive saiu uma notícia da Prefeitura dizendo que – agora não me lembro o número exato – mais de 70% dos materiais haviam sido entregues em 2022, mesmo com os problemas que foram identificados da falta de caminhões. Então existia um esforço muito grande, por parte desses servidores, para entregar os materiais. Eles trabalhavam diariamente, a empresa do caminhão até reclamava bastante porque rodava muito, por isso eu não atribuiria a responsabilidade a eles, porque

realmente são pessoas que, pela convivência que eu tive, eu vi que fizeram mais do que poderiam até.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Sim, concordo com sua resposta inclusive, mas, enfim, eu não ouvi o senhor dizer também sobre esta tese de que todas essas irregularidades de empresas da mesma família, de urgência, o valor das compras, enfim, serem atribuídos simplesmente a um problema de logística. O senhor concorda com isso?

SR. GIOVANE MARTINS VAZ DOS SANTOS: Concordo.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Foi só um problema de logística pura e simplesmente?

SR. GIOVANE MARTINS VAZ DOS SANTOS: Não. Eu acredito que uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Ah, pois não. Minha última pergunta: o senhor informou na resposta sobre a urgência da compra, que tinha essa urgência de cumprir com os 25%; qual é o risco que o prefeito corria se não cumprisse com esses 25%? Inelegibilidade? Não sei, eu tive a impressão que teve falha nisso, foi então uma decisão direta do prefeito?

SR. GIOVANE MARTINS VAZ DOS SANTOS: Não sei dizer se foi uma decisão direta dele, até porque, quando eu voltei para a Secretaria, já existia essa força tarefa para gastar os 25%. Então eu não sei como que isso foi construído. Sobre os riscos que o prefeito correria, eu também não saberia dizer porque eu não sou um técnico dessa área mais jurídica. Eu sei que existia esse risco de não ser elegível porque eu ouvia isso às vezes, mas, claro, devem existir outras também questões porque eu sei que é uma questão constitucional desse gasto mínimo.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Perfeito. Eu gostei do artifício de não ser elegível acaba nos ajudando a não travar a língua. Mas aqui a nossa língua não pode ser travada, é o nosso papel, identificadas estas irregularidades, atribuir, sim. Até agora, e esta CPI já dura alguns meses, várias oitivas aconteceram, fala-se muito nesta troca de fluxo. Fala-se muito da importância da compra, de uma compra que precisava ser feita, sim, para não tornar o prefeito inelegível. Fala-se isso. Perfeito! Isso é fato. Agora, as perguntas que nós temos feito de que como era mesmo esse fluxo? Quem atribuiu essa mudança de fluxo? De quem era, em última instância, a decisão de realizar a partir deste fluxo, que ainda não temos claro como era feito? Por exemplo, no caso da Edulab, no último dia do ano foi feito o recebimento, no último dia do ano. A própria secretária Sônia e a sua chefe de gabinete, a Claudia, foram receber. Era normal a secretária, ela mesma, pessoalmente, atestar o recebimento de produtos adquiridos? Sabe, enfim, me dizer o procedimento de acordo com a lei anticorrupção do Município?

SR. GIOVANE MARTINS VAZ DOS SANTOS: Sobre o fluxo, eu posso falar sobre como era anteriormente, sobre como ficou depois 2022, até para acelerar esse processo de compra. Antigamente, até 2022, existia uma equipe – existe ainda uma equipe – de compras do setor administrativo que era responsável para fazer o processo quase que desde o início de aquisição. Então, claro, o setor demandante dizia qual era a necessidade em termos de especificação dos materiais, quantidade. O termo de referência, aí, ele poderia ser feito em conjunto, tanto pelo setor demandante quanto pela equipe de compras, e, a partir disso, a equipe de compras conduzia todo o processo dentro do fluxo que já era estabelecido, terminando no recebimento. O recebimento sempre feito pelos servidores do almoxarifado que faziam a conferência, atestavam o recebimento e enviavam uma nota para o pagamento. Em 2022, esse fluxo foi alterado para que o setor demandante fizesse, além da solicitação com a devida justificativa do motivo da aquisição e por que aqueles materiais, também os documentos técnicos. Então, o termo de referência, a requisição de serviços, toda essa

tramitação passou a ser feita pelo setor demandante, passando pelo setor administrativo as questões mais burocráticas de requisição de material, que é basicamente atribuir um código a um material que vai ser licitado, e de reserva orçamentária, que é o PL e o empenho.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Mas, servidor Giovane, com relação à pergunta da Ver.^a Biga, o senhor falou que o fluxo mudou na questão do início, mas o que a gente vê aqui na prática é que mudou o final também. Tanto que a compra do Edulab, que foi dada entrega no dia 30 de dezembro, quem fez o recebimento foi a secretária Sônia, a servidora Camila – que ainda não esteve presente na CPI e, por motivos de saúde, provavelmente não estará – e a secretária Claudia. Sendo que elas, então, iniciam o processo como sendo quem demanda e elas encerram o processo, recebendo. Isso é o normal dentro da Secretaria de Educação ou de alguma secretaria?

SR. GIOVANE MARTINS VAZ DOS SANTOS: Não que eu saiba, nunca vi isso acontecer, até fiquei sabendo pela CPI, mas eu teria que verificar com ela por que foi feito dessa forma.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): O Setor de Patrimônio, nessa situação, onde eles foram alijados, seria a palavra a dizer, Ver.^a Biga, alijados do fluxo, alguma vez lhe reportou que eles não tinham dado o recebimento ou não tinha chegado o material no depósito ainda e que já tinha assinatura de recebimento de outros servidores? Em algum momento, alguém percebeu que esse fluxo não era o correto?

SR. GIOVANE MARTINS VAZ DOS SANTOS: Não, ninguém nunca me reportou isso, até porque, se tivesse acontecido e eles tivessem tido conhecimento, eles teriam reportado na hora e teriam até colocado isso de forma mais formal no processo. Eles tinham essa prática de formalizar essas questões até para a segurança deles.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Por último, Giovane, a CPI tem procurado, e a imprensa tem divulgado, e chama muito atenção, eu lhe explicava aqui sobre essa questão do fluxo que ainda não foi explicada, e em última instância quem decidiu... E chama muito a atenção que, em toda compra, todas as compras na SMED versam sobre – eu não queria usar a palavra cartel – a mesma família, o tio e o irmão, o primo, o cunhado, a sobrinha, em que um representante comercial, em que o senhor mesmo disse aqui que confundiu, achando que era um entregador, esse mesmo que era um representante comercial, ele apresenta, da sua suposta empresa, inclusive apresenta orçamento mais alto, enfim, e depois ele vai entregar o produto que foi comprado pelo outro que ele também fazia parte. Quer dizer, tem um imbróglio aí que ainda não foi explicado. Isso o senhor considera problema de logística? Os mesmos fornecedores, parentesco de fornecedores, representante comercial que apresenta orçamento, mas depois ele é o entregador... O senhor percebe que inclusive isso justifica a existência desta CPI. Então como o senhor enxerga tudo isso, com a experiência que tem de ser um diretor administrativo que conhece como que se dá esses fluxos? O senhor considera isso... Qual é a sua avaliação?

SR. GIOVANE MARTINS VAZ DOS SANTOS: Sobre a pergunta sobre isso ser um problema de logística, eu diria que não, porque é um problema que iniciaria no processo mesmo, no fluxo de aquisição, que é uma etapa anterior à logística. Claro, aqui a gente poderia considerar como um problema de logística a questão do planejamento para recebimento dos materiais, aí, sim, nesse caso a gente teria um problema porque os materiais foram adquiridos sem que a gente tivesse até o espaço no depósito para recebimento; mas, em relação a isso, eu não diria que é um problema de logística. Em relação ao fluxo do processo em si, eu não tive tempo de analisar profundamente. Pelo que a senhora fala, pelo que eu vi na imprensa, a gente até tomou a dimensão disso depois que isso começou a sair na imprensa, é algo um pouco parecido com o que já aconteceu antes em relação às verbas extras, mas isso precisa ser averiguado por quem tem que

averiguar, não é minha função fazer esse tipo de imputação, até por não ter participado do processo e por não ser também minha função.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Claro, a minha pergunta era da sua experiência enquanto administrativo, na medida que o fluxo de aquisição...

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Muito obrigada...

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Esse fluxo que é o problema da carteirização. Mas eu, por último, só queria fazer um comentário sobre as perguntas. Eu sugiro que a CPI convide para uma oitiva o meu querido colega Idenir Cecchim, porque, enquanto eu falava, o tempo todo ele dizia que ele já sabia a resposta. Então, quem sabe o Ver. Cecchim pode estar numa oitiva e a gente perguntar tudo a ele, já que ele sabe de tudo...

(Manifestação do Ver. Idenir Cecchim fora do microfone. Inaudível.)

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): O tempo todo que eu falava o senhor teve a educação de ficar respondendo. Obrigada.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Muito obrigada. Ver. Tiago Albrecht, a sua pergunta.

(Manifestações fora do microfone. Inaudíveis.)

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Presidente, posso seguir?

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Pode seguir. Vereadores, por favor, vamos terminar a oitiva do Sr. Giovane.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Sra. Presidente, Sr. Relator, muito bom dia; Sr. Giovane Martins Vaz dos Santos, bom dia ao advogado também – não tenho o nome do advogado, se não cumprimentaria também pelo nome. Sr. Giovane, esta CPI, assim como a outra CPI, as duas CPIs aparentemente foram instaladas para investigar uma suspeita de corrupção, seja ela superfaturamento, seja ela direcionamento. Já sabemos que houve incompetência, que não necessariamente é crime, isso a urna depois se encarrega ou não. Então, as minhas perguntas para V. Sra., Sr. Giovane, vão ser, mais ou menos, e diretamente nesse sentido, peço perdão se outros colegas eventualmente já tangenciaram esse assunto, eu vou fazê-las em sequência, de modo à didática ficar melhor. Faço as perguntas, depois encerro, o senhor responde, e a Sra. Presidente também pode... E prometo, Sra. Presidente, me esforçar para ficar num tempo apazível para os trabalhos. Sr. Giovane, primeira pergunta: o senhor recebeu pressão por parte de algum secretário, por parte do prefeito, de algum agente político de hierarquia superior à de V. Sra. para favorecer ou agilizar o atendimento das demandas relacionadas a empresas específicas, como a Inca ou alguma outra? Essa é a primeira pergunta. Minha outra pergunta: o senhor sabia que a empresa SLP estava, Sr. Giovane, sob investigação da Polícia Federal? A outra pergunta: o senhor tem conhecimento de que o empresário Jailson entregou materiais da Astral Científica em um depósito na Rua La Plata, que, na época, sequer era da SMED, visto que o contrato com o Município foi assinado depois da entrega? Quem autorizou essa entrega, Sr. Giovane? Outra pergunta: sobre a empresa SLP, que deveria ter executado um mutirão de consertos em escolas municipais, estava impedida de fazer negócio com Município quando o contrato de R\$ 4 milhões foi assinado, em 2022, com a SMED. O senhor tinha conhecimento disso, que a empresa não poderia ter assinado esse contrato? E a minha última pergunta a V. Sra.: sabe dizer quem foi o responsável por arcar com os custos relativos à utilização do ginásio da Associação dos Servidores do DEMHAB, onde foi realizada a entrega dos livros da empresa Sùdù? Se o senhor puder responder de forma objetiva, vou lhe agradecer. E obrigado, Sra. Presidente.

SR. GIOVANE MARTINS VAZ DOS SANTOS: Bom dia, Ver. Tiago, em relação à primeira pergunta, eu não sofri pressão de nenhum agente político para fazer essas aquisições ou para beneficiar alguma empresa, até por que esses processos não passaram por mim. Então, não tinha como eu ter recebido nenhuma pressão nesse sentido. Existia, sim, uma pressão geral na secretaria para acelerar o fluxo do gasto. Então, quando o processo, qualquer tipo de processo de aquisição, ou que envolvia algum gasto, chegava em qualquer setor, todo mundo recebia já uma solicitação de dar uma priorizada, até porque existia um selo de emergencialidade nos processos, que fazia com que todos os servidores automaticamente tivessem que priorizar aqueles processos que faziam parte desse...

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Então, é possível afirmar, baseado no senhor, que havia uma pressa para se gastar o dinheiro dentro da exigência da lei. Era isso?

SR. GIOVANE MARTINS VAZ DOS SANTOS: Sim.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Perfeito.

SR. GIOVANE MARTINS VAZ DOS SANTOS: Sobre a SLP, eu fui o responsável por fazer o termo de referência, inclusive, dessa contratação, era uma demanda muito antiga já, e a gente via a contratação de uma empresa para prestar serviço de manutenção como parte da solução do problema que a gente identificou do fluxo dos processos de contratação. Infelizmente, aconteceu de a empresa não prestar um bom serviço, mas a minha participação no processo era até a etapa de licitação. A partir disso, quem faz a licitação é a Diretoria de Licitações e Contratos, que, aí sim, é responsável por fazer toda a verificação da documentação e também a verificação dos termos de referência para verificar se ele está adequado. Nessa etapa, a gente não acompanha tanto, porque é uma

etapa mais técnica. A minha formação não é na área de licitações, então, eu vou até aí. Eu fiquei sabendo que a empresa estava impedida de assinar algum contrato ou que tinha essa investigação da Polícia Federal pela imprensa também. Pegou praticamente todo mundo de surpresa na secretaria, porque a gente realmente não tinha essa informação.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): O senhor então, dentro do seu trabalho, o senhor não precisava se imiscuir nessa questão se estava apta ou não a empresa? Não era o seu trabalho?

SR. GIOVANE MARTINS VAZ DOS SANTOS: Não, o meu trabalho era fazer a solicitação, era descrever o serviço que a gente queria contratar. Isso se faz por meio de termo de referência, requisição de serviços, reserva orçamentária. E isso foi construído também com os engenheiros por ser um trabalho mais técnico, mas a nossa etapa, como secretaria, assim como em qualquer outra secretaria do Município, em uma licitação, vai até aí. Depois disso, sim, a DLC tem o papel de revisar os documentos técnicos e fazer a licitação em si. Sobre o Jailson ter visitado o depósito na La Plata, como eu falei para a Ver.^a Abigail, eu vi no dia ele participando da entrega, mas eu achei que ele fosse um dos entregadores ou que fosse alguém da empresa que trabalhava nessa questão das entregas. Depois, sim, eu fiquei sabendo que ele participava, que ele participou dessas entregas dessas empresas, mas, naquele momento, eu não tinha essa informação. E muita coisa ficou mais clara depois que surgiram as reportagens. Durante aquele processo de 2022, com todas as demandas que a gente tinha, a gente não conseguia parar para ligar pontos ou fazer análises mais profundas nesse tipo de situação. A gente começava cedo e saía tarde, e passava o dia se debruçando nos processos. Sobre os custos desse ginásio do DEMHAB, eu não saberia dizer quem pagou, e até imaginava que ele era um ginásio público, então não sei dizer.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Obrigado.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Sr. Giovane, eu tenho uma pergunta para lhe fazer. Foi reportado aqui já nesta CPI um fluxo de materiais que chegavam na Secretaria de Educação, como envelopes, que não se sabe o que tem dentro, mas que chegavam na Secretaria de Educação. Alguma vez o senhor já viu alguma servidora, algum secretário, receber algum envelope quando estava voltando do almoço, voltando de alguma agenda, na sua presença?

SR. GIOVANE MARTINS VAZ DOS SANTOS: Uma vez eu já vi isso acontecer, sim, a chefe de gabinete da secretária recebeu um envelope na portaria, que era endereçado para a secretária, mas não tenho detalhes sobre isso, não sei se era normal esse tipo de entrega, mas eu vi, sim.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Então a servidora Camila recebeu o envelope que estava endereçado à secretária Sônia?

SR. GIOVANE MARTINS VAZ DOS SANTOS: Sim.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Ela abriu o envelope ou ela o manteve fechado?

SR. GIOVANE MARTINS VAZ DOS SANTOS: Ela abriu o envelope, mas eu não lembro qual era o conteúdo.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Ok, obrigada. O Ver. Jonas Reis está com a palavra.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Bom dia, Presidente Mari; bom dia, Sr. Giovane Martins Vaz dos Santos. Obrigado pela sua presença nesta CPI. Eu queria inicialmente lhe perguntar... À época, eu procurava bastante a SMED sobre os

problemas com as empresas terceirizadas no Município e eu informei ao prefeito, informei à secretária, informei a PGM sobre os problemas que eu identificava da SLP nas escolas em que a gente fazia a fiscalização. Eu falei várias vezes que essa empresa tinha problema. Mesmo assim – inclusive quando nós soubemos, quando a gente teve a notícia que seria assinado um novo contrato –, a gente procurou de novo o governo, e o prefeito não aceitou se reunir conosco. Não quis se reunir conosco. Ele não quis. O prefeito Sebastião Melo, do MDB, não quis reunir conosco, e o seu governo assinou o contrato com a SLP, que é uma empresa que tinha problemas desde o governo anterior. Não era uma coisa pontual, era recorrente. O senhor saberia dizer quem orientou a assinar o contrato com SLP?

SR. GIOVANE MARTINS VAZ DOS SANTOS: Não teve nenhuma orientação nesse sentido, porque foram processos licitatórios feitos pela Diretoria de Licitações e Contratos, que eu considero um setor muito sério da Prefeitura. Acho que todas as prefeituras deveriam ter uma diretoria centralizada mesmo para fazer as licitações, porque isso evita que, às vezes, as secretarias tenham mais autonomia e os problemas aconteçam, até pela dificuldade de reunir técnicos que tenham esse conhecimento adequado para fazer licitações. Então, não existia nenhum tipo de orientação para a assinatura desse tipo de contrato, porque os termos de referência eram feitos de modo a não beneficiar nenhuma empresa e, quando a empresa era a ganhadora, ela passava por algumas etapas de verificação. Se houve algum erro nessa etapa, eu não posso afirmar, porque eu não participava disso e eu também não sou da área de licitações. Eu não tenho esse conhecimento técnico.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Certo, Sr. Giovane. E de quem partiu a ideia de nunca autuar a empresa SLP pelos recorrentes problemas dos serviços prestados no Município, por não pagar em dia os funcionários, por não recolher os direitos trabalhistas? Quem, na SMED, que tinha poder sobre esse contrato, que fechava os olhos e deixava a empresa tocar a vida?

SR. GIOVANE MARTINS VAZ DOS SANTOS: Ninguém fechava os olhos, inclusive a SLP foi autuada diversas vezes, recebeu, por muitos meses, o limite máximo de 10% de desconto do contrato, por conta dos serviços que eram prestados de maneira muito ruim, e isso não só em relação ao serviço de manutenção, mas também ao serviço de limpeza, de cozinha, de auxiliar de cozinha. Nós chegamos quase a rescindir o contrato de manutenção. Isso acabou não acontecendo porque – e isso está registrado no processo, toda a justificativa para a rescisão – o contrato já estava no final. Então, não daria tempo nem de fazer a rescisão, por conta de toda a tramitação que é necessária para rescindir um contrato na Prefeitura. Acho que a SLP é um dos problemas que a gente tem hoje na Prefeitura, de contratos terceirizados. Grande parte disso... Assim, falando em como melhorar – e a gente participou de reuniões até com o sindicato sobre isso –, seria criar uma provisão mensal para, cada vez que a empresa receber, a Prefeitura já segurar uma parte desse valor para pagamento de 13º, de rescisão dos funcionários. A gente sabe que muitas das empresas terceirizadas acabam prestando um mau serviço e fugindo depois, dando baixa no CNPJ e surgindo com outro nome, porque elas não são responsabilizadas nessa questão da rescisão, acaba sobrando para a Prefeitura. Mas eu tenho certeza, pelo tamanho do problema e pela quantidade de secretarias envolvidas, que já deve existir na Prefeitura um movimento para solucionar esse problema dos contratos.

VEREADOR JONAS REIS (PT): É, essa sua fala é muito interessante, porque me lembra que, há um mês, o projeto de lei de minha autoria, exatamente com esse teor que o senhor coloca, foi amplamente rechaçado pelo governo Melo aqui nesta Casa. Orientou o voto contrário de toda a base do governo, ou seja, o governo não quer esse caminho. Mas queria lhe perguntar o seguinte, para concluir: o senhor recebia orientações do secretário Xandão, do governo?

SR. GIOVANE MARTINS VAZ DOS SANTOS: Nunca nem conversei com o secretário Xandão.

VEREADOR JONAS REIS (PT): O Alexandre... Nunca?

SR. GIOVANE MARTINS VAZ DOS SANTOS: Não.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Nunca recebeu *pen drive* dele, nada?

SR. GIOVANE MARTINS VAZ DOS SANTOS: Nada, nada.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Outra pergunta: o senhor tinha ciência dos pedidos de providências que eu fazia para a Prefeitura e que a maioria deles, na SMED, englobava obras nas escolas? Isso chegou até o senhor? Porque eu entreguei, em março de 2021, para a secretária Janaina um dossiê com todas as necessidades de obras das escolas, que nós levantamos logo que ingressamos nesta Casa em janeiro de 2021; e, depois, em 2022, nós entregamos de novo para a nova secretária, a Sônia. Esse material chegou até o seu setor, das obras, dos pedidos de obra, dos pedidos de providências, que eram exatamente para elas poderem, por exemplo, receber materiais eletrônicos, e essas obras estavam há dois anos com pedidos, e não só meus, alguns eram reiteração de pedidos das escolas, pedidos até de quatro anos atrás, antes de eu chegar nesta Casa. Esse material, esse conteúdo, chegou para o senhor?

SR. GIOVANE MARTINS VAZ DOS SANTOS: Nós sempre recebíamos os pedidos de providências. Eles eram encaminhados para os setores que eram responsáveis pelas respostas. No caso das obras, sempre iam para o setor de obras. Nós tínhamos na SMED uma assessoria parlamentar, nós temos ainda, acho que até está aqui a Luciane, que era responsável por fazer esse controle junto aos setores, para que as respostas fossem dadas no prazo, e sempre

existiu um esforço para que isso acontecesse. Sobre o problema das obras, realmente é um problema muito grande pelo tamanho da SMED em relação à quantidade de funcionários. Até foi feita uma contratação de engenheiros temporários, para fazerem os projetos dessas reformas, eu não sei como isso está hoje, mas ajudou bastante para a SMED, porque desafogou um pouco esse trabalho. E outro projeto que eu vi como muito importante era o PPP da Educação, que é uma forma de tornar mais ágil esse fluxo das reformas, porque realmente é um fluxo mais demorado mesmo. E, até pensando nessa questão das compras, a gente vê o quanto uma coisa não caminha junto com a outra. Para a gente fazer uma reforma tem muitas idas e vindas, mudanças em projetos, surpresas que aparecem no meio do caminho, a dificuldade de achar até, às vezes, empresas interessadas, e as compras são mais ágeis. Então a gente verifica que isso realmente é um problema muito grande, eu imagino que não só da Prefeitura de Porto Alegre, mas de diversos municípios também.

VEREADOR JONAS REIS (PT): É, aproveitando o ensejo, até seria mais rápido as compras dessas bugigangas todas que foram compradas pela SMED, porque os muambeiros queriam vender, chegavam para os secretários, ofereciam nas reuniões essas muambas todas que vieram. Inclusive, uma senhora veio aqui vender e ela não sabia explicar o que que ela vendia, qual foi o produto, parece que ela vendeu mais de R\$ 2 milhões para... Enfim, eu lhe agradeço, o senhor é do setor de obras, e a questão realmente, para nós, fica escandalosa, porque fica nítido que foi uma escolha do governo não fazer as obras e fazer as compras das bugigangas que estavam lá jogadas nos depósitos. Mas eu agradeço a sua disponibilidade.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Muito obrigada. Só uma pergunta, servidor Giovane, que eu não lhe perguntei de maneira... Com relação aos envelopes: quem entregou, naquele momento, para a servidora Camila foi a pessoa que fica ali na porta, na SMED?

SR. GIOVANE MARTINS VAZ DOS SANTOS: Isso, foi a pessoa da portaria.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): E o senhor sabe o nome dela?

SR. GIOVANE MARTINS VAZ DOS SANTOS: Leila.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Teila?

SR. GIOVANE MARTINS VAZ DOS SANTOS: Leila.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Neila? Ok. E o senhor... E tinha de onde vinha aquele envelope ou só...

SR. GIOVANE MARTINS VAZ DOS SANTOS: Não, não.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Não tinha. E o senhor, alguma vez, viu, não recebeu, mas viu algum *pen drive* ou cartão de memória transitar em envelopes na Secretaria de Educação?

SR. GIOVANE MARTINS VAZ DOS SANTOS: Envelopes, não; *pen drives* eu já vi, mas pode ser algo até normal do dia a dia.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): De entregarem de servidor em servidor, ou de entregarem *pen drive* na Secretaria de Educação?

SR. GIOVANE MARTINS VAZ DOS SANTOS: O pessoal usava bastante *pen drive* para passar documentos de um para o outro, para fazer os termos de referência e tal, mas nunca vi ninguém entregando, por exemplo, um *pen drive* de alguém para ...

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Mas, então, para fazer o termo de referência, usavam *pen drives* para subsidiar as informações dentro da Secretaria de Educação?

SR. GIOVANE MARTINS VAZ DOS SANTOS: Eu já vi isso. O nosso setor não fazia isso, porque o termo de referência tem que ser feito por aquela pessoa que realmente assinou o termo de referência. Mas já vi sim.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): E o senhor sabe dizer o nome de uma, ou duas, ou outras pessoas que já viu transitar com *pen drive* na mão ou colocar no seu computador na Secretaria de Educação?

SR. GIOVANE MARTINS VAZ DOS SANTOS: A própria servidora Mabel...

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): A servidora Mabel era uma delas?

SR. GIOVANE MARTINS VAZ DOS SANTOS: Sim.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Ok. Muito obrigada. Encerrada a presente oitiva...

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Não, senhora, como é que a senhora encerra? A senhora não vê as pessoas no microfone? Só os seus lhe interessam? Eu peço que a senhora se desculpe por causa disso. Acho que isso é uma falta de respeito, e a senhora não é assim, a senhora só tem pressa. Eu quero dizer para o advogado que eu respeito muito os advogados aqui, porque, mesmo com esse pessoal da oposição que não gosta de advogado junto com os depoentes, eu quero lhe agradecer por estar aqui, quero agradecer ao Giovane também pela sua honestidade e quero dizer também que nós não vamos fazer perguntas em respeito ao senhor, que mora em Santa Maria e precisa voltar.

Então eu concordo que o senhor seja dispensado logo, para poder viajar. Obrigado.

SR. GIOVANE MARTINS VAZ DOS SANTOS: Obrigado, vereador.

Giovane Martins Vaz dos Santos

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Muito obrigada, servidor Giovane. Eu gostaria, de pronto, já convidar a servidora Patrícia para compor a Mesa. (Pausa.) Dando prosseguimento à sessão da CPI, passo a palavra para o Ver. Mauro Pinheiro, que irá conduzir a testemunha no seu ato na oitiva da CPI da Educação.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Bom dia, Sra. Patrícia, gostaria de lhe dizer que a senhora está aqui convidada como testemunha, então a senhora tem que falar somente a verdade. Pergunto se a senhora jura, perante esta CPI, falar somente a verdade?

SRA. PATRÍCIA DA SILVA PEREIRA: Sim, juro.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Peço à senhora que diga o seu nome completo, idade, estado civil, endereço, profissão ou cargo público, se ocupa, ou que ocupava, e se ocupa algum cargo público hoje, e que a atividade exerce.

SRA. PATRÍCIA DA SILVA PEREIRA: Meu nome é Patrícia da Silva Pereira, eu sou professora da rede municipal de educação, tenho 31 anos de serviço público entre Estado, federal e Porto Alegre, atuo como coordenadora da assessoria de

educação em direitos humanos e relações étnico-raciais da Secretaria Municipal de Educação; desde 2017, atuando nessa assessoria, e antes atuava no programa Primeira Infância Melhor, Porto Infância Alegre, PIM-PIA. Moro em Porto Alegre, no bairro Floresta, e tenho 53 anos.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): A senhora então é concursada?

SRA. PATRÍCIA DA SILVA PEREIRA: Sou concursada desde os 22 anos.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Se a senhora quiser, pode usar o tempo para falar sobre a CPI, a senhora deve estar acompanhando, qual a sua relação com ela ou, se desejar, a gente já passa direto às perguntas.

SRA. PATRÍCIA DA SILVA PEREIRA: Pode passar às perguntas.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Sra. Patrícia, qual a função que a senhora exerce hoje na Prefeitura Municipal de Porto Alegre?

SRA. PATRÍCIA DA SILVA PEREIRA: Coordeno a Assessoria de Educação em Direitos Humanos e Relações Étnico-Raciais.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): E durante este episódio que nós estamos investigando através da CPI, a senhora exercia a mesma função?

SRA. PATRÍCIA DA SILVA PEREIRA: Sim, desde 2017.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Qual a função que a senhora teria, então, que a senhora foi convidada a vir aqui, em relação às compras que foram feitas pela secretaria, teve alguma relação com a senhora?

SRA. PATRÍCIA DA SILVA PEREIRA: O processo, diretamente, que eu iniciiei o processo foi o da aquisição do SAEB, a pedido da nossa coordenadora, a Michele.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): O que seria esse processo?

SRA. PATRÍCIA DA SILVA PEREIRA: Os livros do SAEB, os 74 mil livros que foi solicitado que eu fizesse, mas pelo motivo simples, ninguém sabia fazer o processo, e eu fazia todos os processos de inexigibilidade. Então fui convidada... foi solicitado que eu instrísse o processo.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Então foi a senhora que instruiu esse processo?

SRA. PATRÍCIA DA SILVA PEREIRA: Mas não era da minha equipe, era do pessoal do fundamental, eu só instruí porque ninguém sabia fazer.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): A senhora só ajudou a construir.

SRA. PATRÍCIA DA SILVA PEREIRA: Isto.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): A senhora viu alguma irregularidade nesse processo?

SRA. PATRÍCIA DA SILVA PEREIRA: Não. Na juntada dos documentos, eu recebi da Michele, eu ia solicitando os documentos conforme a orientação da PMS, que é... Como não havia um trâmite, o SAEB foi o primeiro dos processos a ser dessas aquisições por adesão à ata externa. Eu já estava acostumada a fazer os de inexigibilidade, os processos de adesão à ata interna do Município, internas, da nossa própria DLC, e aí veio esse processo que a Michele disse:

“Pati, tu me ajuda a montar, já que tu faz os outros de inexigibilidade?” “Sim, ajudo, o que que é para fazer?” “É uma adesão à ata externa.” E foi aquele momento: cri-cri, oi? *Ok*, vou descobrir como se faz. Fui ao setor de compras, ao colega da PMS, eles me disseram: tu segue por aqui, por aqui, por aqui. Montei um roteiro, sou muito dos roteiros, montei o meu roteiro de trabalho de como é que tinha que seguir o processo e botei os documentos que eles me instruíram colocar.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Está bom. Muito obrigado.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Continuando ao processo que foi feito, então, esse termo de referência que começa o processo da Inca, que a senhora é quem começa o processo, a minha pergunta é: quando foi feito, então, o termo de referência, nós verificamos que os itens que constam no termo são as mesmas informações, sem mudanças nem silábicas, com relação ao *marketing* da Inca. Isso é normal? Como a senhora viu isso ao começar esse termo de referência? Ou foi passado para a senhora fazer dessa maneira?

SRA. PATRÍCIA DA SILVA PEREIRA: Eu recebi os documentos.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): A senhora recebeu os documentos de como teria que ser feito o processo?

SRA. PATRÍCIA DA SILVA PEREIRA: Não, eu fui solicitando, porque a Michele ia montando os documentos. Eu pedi para ela: “Tens o termo de referência?” “Tenho.” “Então, monta o termo de referência nesses termos.” Eu ia pegando as instruções e ia ensinando a ela como fazia. “Monta o termo dessa forma. Eu preciso ‘x’, ‘y’ e ‘z’ informações.” Aí, ela montou o termo de referência e passou para mim. “Preciso de tais e tais certidões.” Ela pegou e me trouxe todas as certidões, me passava os documentos. Só isso.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Então, na verdade, tu só organizaste algo que as informações todas vieram da Michele?

SRA. PATRÍCIA DA SILVA PEREIRA: Sim.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): E ela disse da onde veio a fonte dessas informações para ela?

SRA. PATRÍCIA DA SILVA PEREIRA: Não, ela só pediu para eu ajudá-la a instruir o processo.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): E isso chegava via *e-mail* para a senhora? Via *pen drive*? Ou ela sentava no seu lado e entregava uma folha.

SRA. PATRÍCIA DA SILVA PEREIRA: Normalmente, a gente usa o *drive* ou manda por WhatsApp.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Por WhatsApp?

SRA. PATRÍCIA DA SILVA PEREIRA: É. Ou, quando tinha documento que, por exemplo, tinha que ser escaneado, a gente usava a impressora que é coletiva.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Sim, mas aqui a gente...

SRA. PATRÍCIA DA SILVA PEREIRA: Para passar para PDF.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Entendi. E a minha pergunta é: a senhora, neste momento, quando começou a receber todas essas informações da Michele, em algum momento a senhora achou estranho tudo já estar pronto e organizado para ser aquela concorrência? Ou aquele termo de referência?

SRA. PATRÍCIA DA SILVA PEREIRA: Não me cabia fazer esse tipo de questionamento. Eu só estava instruindo o processo. Só colocando esses documentos.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): E a senhora, em algum momento, entrou em contato com a Pleno ou com alguma das empresas que foram colocadas como sendo as possíveis concorrentes? A senhora pesquisou quais seriam essas empresas que estariam concorrendo com a Inca? Ou a senhora não fez isso?

SRA. PATRÍCIA DA SILVA PEREIRA: Não. Recebi os documentos.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): A senhora recebeu tudo pronto?

SRA. PATRÍCIA DA SILVA PEREIRA: Os documentos.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente...

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): E os documentos da Pleno e de todas essas empresas, eles vieram via WhatsApp para a senhora?

SRA. PATRÍCIA DA SILVA PEREIRA: Eu mandei *e-mail* para o estado de origem da ata. Isso eu me lembro de ter feito.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente Mari Pimentel, eu queria só que a senhora... fazer uma pergunta para a senhora.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Claro, fique à vontade.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Para que a senhora conduzisse, porque eu, realmente, hoje eu estou muito prejudicado, porque eu estou muito

envolvido com essa tragédia que nós estamos tendo na região das Ilhas, que sequer foi anunciada. Ou melhor, na verdade, está sendo anunciada há horas, mas, pelo governo, não foi anunciado.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Eu sei muito bem quem está lá, vereadora, sei como as pessoas estão desassistidas lá, muito desassistidas. Mas eu quero aproveitar, Presidente Mari, porque a senhora está conduzindo muito bem, e eu, escutando o depoimento da senhora, parece que tudo era orientação da Michele, mas as assinaturas, por exemplo, da coleção Aprender Mais, todo processo que foi sempre para as mesmas fornecedoras, três fornecedoras, as assinaturas são da senhora, não são da Michele. Ou seja, do ponto de vista legal, é sua responsabilidade. Então, como nós estamos com suspeita de cartel aqui, nós queremos saber qual é o seu envolvimento, porque a assinatura é sua em vários desses documentos. Então não é um problema de quem orientou, só nesse caso, é quem é responsável. Então se a senhora poderia nos esclarecer se a sua assinatura foi uma assinatura só para constar ou se a senhora realmente é responsável por esse processo todo, que é um processo todo sujeito a irregularidades e investigação, inclusive do Ministério Público e, que eu saiba, investigação da Polícia. Porque, às vezes, quem está embaixo é o responsável, mas não é o mentor intelectual. É muito importante saber quem é o mentor intelectual para nós sabermos quem é o verdadeiro responsável, embora quem assine nem sempre seja a mesma pessoa, mas muitas vezes ocorre que a pessoa que assina é a responsável, se ela não deixa claro, numa Comissão Parlamentar como esta, qual é o seu grau real de responsabilidade e quem indicou, de verdade, que esse processo fosse feito, porque a assinatura é sua. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Acho que o Ver. Robaina foi mais enfático ao trazer o nível de responsabilidade que a senhora assume ao ter a

sua assinatura e ao me parecer que estava sendo embasada ou instruída por uma servidora que aqui negou que ela tivesse feito. Então, como a senhora vê este momento e se a senhora gostaria de contar aqui para a CPI como funcionou isso, porque nós realmente gostaríamos de entender...

(Manifestações fora do microfone. Inaudíveis.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Não, vereador, nós gostaríamos de entender por que tem uma empresa, por exemplo, a Pleno, que nem vende materiais de educação. E a minha pergunta é a seguinte: de onde chegou que a senhora deveria perguntar para a Pleno sobre o termo de referência dos materiais da Inca, que são livros, sendo que ela vende aventais? Essa é a minha pergunta. Isso foi instruído por quem?

SRA. PATRÍCIA DA SILVA PEREIRA: Então, como eu disse, vereadora, eu lembro de ter feito a solicitação por *e-mail* para a Secretaria do Estado, lá de Sergipe, se não me falha a memória. Isso eu mandei por *e-mail*, tem meu *e-mail* no processo. O processo está lá, tem o *e-mail* que eu encaminhei do meu *e-mail* profissional, porque pediram: “Pati, tem que mandar um *e-mail*, pedindo autorização para lá”. Beleza, mandei um *e-mail* e pedi autorização. Se você fizer uma pesquisa no SI, eu me dei o trabalho de fazer, olhando onde estava o meu *link*, o meu *login*, tem 78 processos dentro da SMED em que eu auxiliei, e alguns eu fui diretamente, que eram da minha assessoria, outros eram questões profissionais, mas, no total, meu *login* aparece em 78 processos do ano passado, em que eu abri o processo, eu li o processo, eu auxiliei a colega dentro do processo ou fora do processo, em conversando, em orientando, em apagando documentos e repondo na ordem correta, porque há um pró-forma, a nossa PMS é bastante exigente em determinados tipos de formato, tem que seguir determinados tipos de instrução normativa, tem que vir na ordem das CNDs – federal, estadual e municipal –, colocar todas as orientações, tudo bonitinho. Então, assim, eu fiz muitos processos, porque era a servidora que sabia fazer.

e, ao mesmo tempo, porque eu já vim de um setor onde eu fazia determinados tipos de processo, a minha especialização, para além do magistério, para além da pedagogia, é gestão pública. Então eu tenho cursos nessa área, na área de fazer processos, fazer projetos, de organizar esse tipo de coisa. Então, é da minha qualificação como servidora – exatamente, eu sei fazer. Então, a minha chefe chega para mim e diz: “Já que tu és a pessoa que sabe fazer, tu podes fazer?” “Posso”. É uma responsabilidade? Sim, é uma responsabilidade, só que não vi naquele momento, em olhar todas... Nenhuma CND como positiva, não havia legalmente nada que fosse impeditivo, porque eu fui olhar a Lei nº 8.666, eu fui perguntar para a PMS se aquilo era ilegal. Se eu tenho um procurador setorial; se eu tenho uma legislação; se todas as certidões que são colocadas no processo, nenhuma delas está irregular; não há irregularidade. Não havia na instrução do processo nenhuma irregularidade, até aquilo que eu estava fazendo, não tinha nenhuma irregularidade que eu pudesse ver manifesta ou gritante naquele momento, então me senti tranquila em fazer o processo.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): É um aparte?

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sim, só para colaborar. A servidora mostra aqui que ela conhece o projeto, o processo. É uma servidora pública antiga que fazia os processos que ela fez, então não é justo que se faça um bombardeio contra ela, como se ela fosse culpada de alguma coisa. Ela seguiu a lei, legítima e competentemente. Ela foi competente na condução desse processo. Parabéns, servidora, eu não lhe conhecia, mas lhe admiro.

SRA. PATRÍCIA DA SILVA PEREIRA: Obrigada.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Sim, servidora Patrícia, vamos continuar, porque eu não obtive a resposta para a minha pergunta. Com relação a Pleno, as três empresas que prestaram o orçamento comparativo à Inca, que você começou a instruir, você escreveu o termo de referência e você anexou

essas três concorrentes; onde a senhora e quem lhe passou onde deveria buscar essa empresa, a Pleno, ou qualquer uma das outras que você buscou para fazer a concorrência?

SRA. PATRÍCIA DA SILVA PEREIRA: Essas pesquisas eram feitas pela Michele.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Mas o seu nome está assinando e validando.

SRA. PATRÍCIA DA SILVA PEREIRA: Sim, eu coloquei no processo.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Exato, mas então a senhora tem um *e-mail* ou alguma prova que a gente coloque que a Michele foi quem instruiu a senhora, porque aqui nós temos a senhora sendo quem foi a iluminada que recebeu essas três empresas, sendo quem seriam as concorrentes, e colocou no processo. Se a senhora quer tirar essa situação de trazer para a CPI de onde vieram essas três empresas, a senhora pode nos anexar na CPI, via WhatsApp, *e-mail*, onde chegou...

SRA. PATRÍCIA DA SILVA PEREIRA: Não, eram documentos entregues, ou, se estavam em mãos, eu pedia para o meu estagiário – que me ajudava bastante a fazer esse tipo de coisa, esses processos, era um estagiário de direito, eu era a única que tinha no setor, por óbvio, porque fazia os processos, era a que tinha estagiário de direito para estar junto –, e ela me entregava os processos, o que já não estava escaneado, o Arthur escaneava e a gente colocava no processo. E aí, se vocês olharem, tem várias vezes intervenções do “arthur.moraes”, que era o meu estagiário. E os processos, os documentos que eu coloquei, o meu trabalho foi literalmente... e respondi algumas coisas da PMS, que eram dúvidas, é o que tem no processo. Eu só recebi os documentos e coloquei os documentos...

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Então, esses documentos...

SRA. PATRÍCIA DA SILVA PEREIRA: Se tu olhares a diferença desses processos para os processos de aquisição que eu fiz para minha assessoria, eles são gritantes – hoje, eu tenho uma noção que eles são gritantes.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Então, você sofreu influência da servidora Michele para fazer daquela maneira?

SRA. PATRÍCIA DA SILVA PEREIRA: Eu recebi os documentos da minha chefe para colocar os processos, só isso.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Você recebeu os documentos prontos para fazer daquela maneira pronta?

SRA. PATRÍCIA DA SILVA PEREIRA: Isso.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Não, a senhora tem total liberdade de dizer que a senhora mesmo buscou e achou a Pleno...

SRA. PATRÍCIA DA SILVA PEREIRA: Não, eu não procurei essas empresas, eu recebi o documento.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Recebeu, pronto. Não sou eu que estou dizendo, desculpe, Presidente Cecchim.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Sim, mas ela recebeu pronto...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Se algo...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Exato...

SRA. PATRÍCIA DA SILVA PEREIRA: Se ela pesquisou, onde ela pesquisou, não tenho nem ideia.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): O nome da chefe dela é Michele.

SRA. PATRÍCIA DA SILVA PEREIRA: Eu não tenho como dizer onde ela pesquisou, quem trouxe... Isso eu não tenho ideia, porque isso não é da minha alçada. É a chefe...

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Sra. Patrícia, é correto dizer que a senhora foi a responsável pela montagem do processo, mas não foi a senhora que definiu nem qual a empresa seria colocada no processo...

SRA. PATRÍCIA DA SILVA PEREIRA: Exato.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): A senhora recebeu uma ordem de um superior para fazer um processo de aquisição de um material e fez.

SRA. PATRÍCIA DA SILVA PEREIRA: Isso, isso. Só isso, instrui o processo.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Ok, questão de ordem? Senão nós temos a Ver.^a Fernanda Barth antes. Ver. Oliboni, é questão de ordem? (Pausa.)

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Então, eu passo a palavra para a Ver.^a Fernanda Barth, depois eu incluo aqui o Ver. Janta, depois o Ver. Oliboni.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PL): Bom dia, Patrícia, obrigada por ter vindo à CPI fazer essas falas tão esclarecedoras. Eu sou uma apoiadora dos servidores públicos concursados, qualificados para as suas funções, e dá para ver, claramente, que tu és uma delas. Então, eu até peço desculpas aqui, por alguns colegas, porque a senhora não deve se sentir nem um pouco constrangida de estar aqui nesta CPI, participando disto aqui. E que não lhe é feito nenhum tipo de acusação, não pode ser feito, nem sugestão de cartel ou de cumplicidade. Não pode! Porque não tem nada disso posto, legalmente. Então, eu gostaria de que a senhora dissesse, reiteradamente, para que fique registrado nos autos taquigráficos desta CPI, se a senhora viu alguma coisa irregular nesse processo que lhe foi pedido. Se as questões transcorreram conforme o normal dentro dos processos que a senhora já estava acostumada a fazer, nessa instrução. E, por fim, na sua avaliação, se as compras desses livros do SAEB foram úteis para preparar os estudantes para as provas. Era isso, obrigada.

SRA. PATRÍCIA DA SILVA PEREIRA: Bom dia, vereadora. Começando pelo fim, nós temos, na rede municipal, já há vários anos, um problema sério quanto às questões do SAEB, não só pelos nossos baixos índices, mas também pela resistência de não conseguirmos mobilizar um quantitativo de alunos suficiente, em todas as nossas 51 escolas que fazem essas avaliações, para que consigamos ter indicadores de SAEB válidos. Na última avaliação, nós tínhamos três escolas só com indicadores válidos, ou seja, somente três escolas tiveram 80% dos alunos que fizeram a prova, e isso é reiterado. Então, quando a Michele

começou a trazer esse processo, quando eu questionei que material era esse – porque, sim, eu perguntei que material era esse –, eu queria entender: SAEB? É o SAEB, a prova? “Vão comprar a prova?” Porque a primeira coisa que eu pensei: “Como assim, vão comprar a prova?” E ela disse: “Não, a gente vai comprar o material para ajudar na avaliação.” Bom, era exatamente um dos nossos grandes problemas. Eu sou professora desde 1988, são 35 anos como professora, e eu ficava pensando: “Tá, é isso! Nós precisamos de um material que ajude.” Agora, eu não faço parte da equipe do ensino fundamental, então eu não participei da avaliação de nenhuma das obras que foram compradas, eu só fiz a avaliação dos materiais que foram adquiridos para a minha equipe. Tudo aquilo que eu comprei para a minha equipe, para dentro das questões étnico-raciais, *ok*, foram feitas as avaliações. Não participei das avaliações dos outros materiais, a não ser quando tinham coisas para a gente avaliar dentro desse recorte de gênero e raça, aí sim a gente ia lá para... Diziam: “Ah, tem livros que tem que dar uma olhada, que não são... Dá uma olhada no teu.” Beleza! A gente faz isso no programa Adote um Escritor, como em qualquer outro processo. E não vi, num primeiro momento, olhando os documentos... Porque, assim, já aconteceu, por exemplo, de chegar, a gente quer comprar o material “x” e “y” e aí apareceu essa empresa, e tu puxar a primeira certidão e está positiva. Daí esquece, nem abre o processo. Esquece. Esquece porque ela está positiva, não vai comprar, você não vai conseguir. A documentação já é um impeditivo. E era essa análise que eu fazia para os outros setores que não eram o meu. Para o meu setor eu fazia o processo de ponta a ponta, para os outros setores eu fazia aquela virada de olho básica: está com tudo em dia? Está com todas as certidões? Belezinha, é isso aí, toca a ficha. Agora, a pertinência da compra, nenhuma. Se funcionou, nós vamos descobrir no SAEB que foi feito agora. Agora. Na sexta-feira terminou a última prova. Aliás, a gente tem três provas hoje ainda, porque faltou luz em três escolas. Mas nós vamos descobrir isso no ano que vem, quando vierem os resultados do SAEB. Porque nós fizemos uma mobilização, não só para qualificar o uso do material, desses materiais comprados, que não foi o único material que a gente fez a qualificação, mas

também na questão de mobilizar para que as escolas tivessem o contingente de alunos mínimos. Eu inclusive até, aproveitando essa pergunta da Ver. Fernanda, nós tivemos agora o evento do Tribunal de Contas, no Auditório Dante Barone, no dia 28 de outubro, sobre os 20 anos do art. 26-A da LDB, sobre a ERER, e a coordenadora da Secadi, no MEC, trouxe a questão de que haverá um programa novo, o PDDE ERER, um programa para as escolas que vão receber direto para poder qualificar, com verba para comprar material para fazer educação étnico-racial, mas para isso tem que ter avaliação. Aí eu virei para as educadoras-referência dos nossos espaços educativos afro-brasileiros e indígenas – NEABIs –, e virei para elas, que estavam sentadas atrás de mim, e disse: “Vocês estão ouvindo, né? Tem que fazer a prova. Quem quer dinheiro na escola vai ter que fazer a prova”. Aí, todo mundo: “Ah, não, nós vamos mobilizar, mobilizar.” É uma ideia. A gente só vai descobrir o quanto esse material foi ou não funcional e útil, no ano que vem, quando vierem os resultados. E eu espero que tenha sido.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Passo a palavra ao Ver. Claudio Janta.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Bom dia, Patrícia. Em teu nome que está aqui hoje, neste dia tão importante, quero saudar a todos os negros da nossa cidade, os professores negros da nossa cidade, neste dia tão especial. Pelo que eu vi e ouvi até agora, tu recebeste tudo pronto, não é? Tudo foi entregue para ti, e o teu papel foi juntar as coisas, botar numa pasta o processo e entregar. Quem entregou isso para ti, para ficar claro? Foi a Michele, que...?

SRA. PATRÍCIA DA SILVA PEREIRA: Sim, ela que me pediu para fazer o processo, porque ninguém sabia fazer o processo.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Muito obrigado. Só foi esse que tu fizeste? Os outros processos...

SRA. PATRÍCIA DA SILVA PEREIRA: De adesão a ata externa, sim.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Só esse. Obrigado. E eu queria que pudesse nos explicar aqui se existia muita pressão, existia muita truculência para que esses projetos andassem rápido, para que esses projetos fossem despachados rápido para não haver atraso desse projeto... Se tinha alguma aquisição que teria que ser rápida. Se houve alguma pressão, se houve alguma truculência, algum desrespeito...

SRA. PATRÍCIA DA SILVA PEREIRA: Comigo, não.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Contigo, não? E tu não presenciaste isso com nenhum outro funcionário?

SRA. PATRÍCIA DA SILVA PEREIRA: Eu costumo mexer com as colegas que a pressão sou eu. Eu sou muito agitada. Eu tenho TDAH, então eu sou bastante agitada e tenho problemas com prazos. Se eu marquei um prazo, eu quero um prazo. Eu incomodo o coitado do Josias, o nosso jurídico. Coitado, ele enlouquece comigo, porque, para mim, é tudo para ontem. Para mim, era um ano atípico, o ano passado, porque tínhamos uma verba muito grande para ser investida. Foi uma felicidade louca; eu acho que para todas as coordenadoras de equipe quando disseram "Tem dinheiro". A gente está tão acostumado a trabalhar com nada que, quando dizem que tem dinheiro, a gente só quer comprar, comprar, comprar, comprar, comprar... Isso é uma música nos nossos ouvidos, porque a gente tem muitos projetos na cabeça. Mas, assim, a secretária Janaína já tinha nos chamado, em 2021, quando ela faz algumas reorganizações, pedindo que nós montássemos projetos, que cada equipe tivesse projetos básicos para investir. Ela pedia planejamento. A secretária Juliana gostava muito dessas coisas do planejar. Vamos planejar com antecedência, vamos organizar as unidades com antecedência. Então, nós já tínhamos algumas coisas, pelo menos da minha equipe, organizadas, projetos

feitos, coisas que nós queríamos fazer, que montamos no ano de 2021, e que nós iniciamos... Se o senhor olhar ali, o meu primeiro processo é em 7 de janeiro. Veja quando eu comecei a gastar: bem cedo. Se é para gastar, é comigo. Então, sim, eu comecei a montar processos da minha unidade em 7 de janeiro. Eu voltei de férias e “vambora”. Temos um planejamento; a secretária quer planejamento, quer ação; e eu quero que em março as coisas comecem a chegar. Claro que não era nesse grande quantitativo como estão esses outros processos, mas eu já tinha um planejamento, eu tinha uma organização, eu já tinha entregue meu... Eu entrego todo mês de agosto aquilo que eu vou fazer de orçamento. Então, o meu planejamento do ano que vem começou no final de julho deste ano. Eu tenho planejamento do próximo ano todo pronto; terminei em julho. Então, isso, para mim, era o natural. Ter pressão é do meu cotidiano. Agora, alguém dizer: “Tu és obrigada a gastar”, isso é música para os meus ouvidos, vereador.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Dos teus projetos que tu fizeste, que tu planejava, a pedido da secretária Janaina, todos eles foram executados?

SRA. PATRÍCIA DA SILVA PEREIRA: Não, nem todos. Alguns foram licitações fracassadas. Como a gente queria trazer de volta o ônibus do Territórios Negros e não conseguiu, tentamos três licitações e deram fracassadas. Não houve empresas interessadas em adesivar e ter aquele ônibus lindo, divino, passeando pela cidade. Algumas coisas que eram impossíveis, como comprar as Barbies negras, que a gente queria, mas não pode escolher marca, e eu não queria outra marca. Então, tiveram algumas coisas que realmente a gente não fez por impossibilidades jurídicas, ou porque deram fracassados os leilões, mas eu vou te dizer que 80%, 90% do que eu planejei saiu.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Obrigado. Só para encerrar, a senhora poderia me informar qual era o papel da Sra. Melissa Custódio no acompanhamento dos projetos da SMED?

SRA. PATRÍCIA DA SILVA PEREIRA: Acompanhar os processos daquilo que estava sendo feito ou se tinha alguma dificuldade. Eu conversava muito mais com o colega que atuava junto com ela, só que era muito mais na questão de detalhes de algum encaminhamento quando trancava. Só isso. E das reuniões de R3, das reuniões de orçamento, quando a gente era chamado; porque isso não era para todo mundo. A gente só ia quando tinha que esclarecer alguma coisa dos nossos processos.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Nesse período, ela não estava lotada na SMED?

SRA. PATRÍCIA DA SILVA PEREIRA: Não.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Ela estava lotada no orçamento?

SRA. PATRÍCIA DA SILVA PEREIRA: Isso...

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): E tudo era...

SRA. PATRÍCIA DA SILVA PEREIRA: Sempre lotada na SMED.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): E sempre se dirigiu a ela na questão do orçamento? Não?

SRA. PATRÍCIA DA SILVA PEREIRA: Não. Eu só participava da reunião e só falava se era chamada, e ia na reunião quando era chamada.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Obrigado.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Sra. Patrícia, eu vejo uma questão que a senhora reforçou aqui na sua fala, em quase cinco minutos, da brevidade,

da agilidade, da celeridade, reforçou aqui o nome do nosso advogado da Secretaria Municipal de Educação, presente aqui nos nossos bastidores, mas a gente vê que o termo de referência que a senhora instrui demora mais de um mês para passar dum processo simples de uma assinatura, para ele começar a andar. Como a senhora, com essa angústia, com essa situação que já reforçou de que gosta de tudo para ontem, conviveu com isso, ou como justifica demorar um mês para que esse processo, que já estava pronto, só que de maneira sigilosa, só as pessoas que estavam instruindo tinham ciência, demorou para despachar, por que isso aconteceu?

SRA. PATRÍCIA DA SILVA PEREIRA: Faltavam documentos. Demorou para vir alguns, documento de Sergipe levou vários dias, quando veio, veio errado, tive que pedir de novo.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): O que veio errado no documento?

SRA. PATRÍCIA DA SILVA PEREIRA: Tinha dados do documento... veio o nome da Prefeitura errado, e depois tinha dados deles mesmo, do próprio edital deles veio errado.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): E a senhora não acha estranho isso?

SRA. PATRÍCIA DA SILVA PEREIRA: Mas aí é um problema do governo do Estado de lá, né?

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Sim, mas, sendo que já foi solicitado para a servidora Michele?

SRA. PATRÍCIA DA SILVA PEREIRA: Não, mas não foi ela, eu mandei o *e-mail* para lá.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Sim, mas já foi informado que era aquela concorrência que deveria ser feita.

SRA. PATRÍCIA DA SILVA PEREIRA: Sim, mas faltou documentos, faltou o Cadin, a empresa não encaminhou, e eu disse para ela: “Está faltando o Cadin, pede o Cadin para a empresa”. Mandei *e-mail* para Sergipe, Sergipe me mandou errado o nome do município; pedi de novo para eles, mandaram o número do edital errado, mandei de volta para eles, até ele vir. Só que isso não foi uma coisa muito rápida.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): E a senhora tem esse fluxo de *e-mails* para estar contribuindo para a CPI nos enviando?

SRA. PATRÍCIA DA SILVA PEREIRA: Se eu não apaguei, tenho.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): A gente pode então... Relator Mauro Pinheiro...

SRA. PATRÍCIA DA SILVA PEREIRA: Se eu não apaguei, porque eu tenho o péssimo hábito de apagar. A nossa caixa de *e-mail* é muito pequena.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Sim, mas a gente pode solicitar à Prefeitura de Porto Alegre, com certeza, a Procempa pode ajudar nesses *e-mails*, para que a gente entenda esse fluxo, o que aconteceu e até consiga entender. Porque a senhora reforçou aqui a celeridade como sendo um atributo do seu trabalho, e a gente...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Não, se a testemunha aqui, de livre espontânea vontade, gostaria de anexar documentos na CPI, eu acredito que a CPI tenha essa prerrogativa.

(Manifestações fora do microfone. Inaudíveis.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Não, a gente gostaria de entender, porque ela fez uma narrativa, depois ela disse que documentos vieram errados e por isso...

(Manifestações fora do microfone. Inaudíveis.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Eu gostaria de passar a palavra para o Ver. Aldacir Oliboni.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Bom dia, dona Patrícia da Silva Pereira. Patrícia, a senhora, inicialmente, falou que era assessora do departamento de recursos humanos da Secretaria...

SRA. PATRÍCIA DA SILVA PEREIRA: Direitos humanos.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Direitos humanos da Secretaria de Direitos Humanos....

SRA. PATRÍCIA DA SILVA PEREIRA: Não. Eu coordeno a Assessoria de Educação em Direitos Humanos e Relações Étnico-Raciais da SMED desde 2017.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Quem foi que lhe convidou para emitir parecer sobre um processo de compra de materiais?

SRA. PATRÍCIA DA SILVA PEREIRA: Eu não emiti parecer.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Se a senhora tem uma atribuição dentro da secretaria, a senhora foi deslocada para dar parecer sobre um processo de compra, ou era sua atribuição também?

SRA. PATRÍCIA DA SILVA PEREIRA: Eu só fiz instrução, porque ninguém sabia fazer.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Mas foi alguém que solicitou para a senhora isso?

SRA. PATRÍCIA DA SILVA PEREIRA: Eu já disse, foi a coordenadora Michele.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Coordenadora Michele. Por que eu lhe faço essa pergunta, com todo o respeito. A Anelise deu parecer sobre três processos, a senhora deu sobre um, e as empresas que foram solicitadas para dar orçamento são as mesmas que a Anelise solicitou nos outros três processos. A senhora não observou que eram as mesmas empresas que estavam sendo chamadas para apresentar orçamento?

SRA. PATRÍCIA DA SILVA PEREIRA: Não, porque eu não estava olhando todos os processos, a gente não tem acesso a todos os processos, vereador. Como eu disse, o ano passado, eu usei o meu *login*, ou seja, acessei a 78 processos. Neste período, que eu estava olhando aqui, 7 de abril, quando eu abro o processo do SAEB, eu tinha já 14 processos abertos, porque eu estava comprando os materiais, os artefatos indígenas, os tecidos africanos, correndo atrás de empresa para poder comprar os jogos africanos e indígenas, correndo, fazendo orçamento, tentando correr atrás de coisas que são difíceis de serem conseguidas aqui nesta cidade. Nunca passei um perrengue tão grande para comprar artefato indígena, porque as aldeias não têm documento. Então, assim,

eu estava correndo atrás de outros processos, eu não lido com um processo, eu estava lidando com “n” processos, que eram os meus processos. E foi solicitado apenas que eu instrísse, botasse documentos no processo.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Mas, nesse caso, a senhora instruiu sobre um processo de compras, que era o da SAEB, com 64 mil livros, é isso?

SRA. PATRÍCIA DA SILVA PEREIRA: Isso. Só o que estava na minha alçada.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Então, nós visitamos várias escolas, nós percebemos inclusive, que elas, os educadores nem sequer foram consultados para a compra, enfim, de todos os livros e equipamentos. A senhora recebeu alguma informação de que isto era uma demanda do segmento da educação, ou era uma decisão de governo?

SRA. PATRÍCIA DA SILVA PEREIRA: Todos os planejamentos eram nossos.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Eram da secretaria.

SRA. PATRÍCIA DA SILVA PEREIRA: Sim.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Em algum momento foi consultado o Conselho Escolar?

SRA. PATRÍCIA DA SILVA PEREIRA: Não há nenhuma lei, regra ou normativa paralegal que determine ou oriente, ou, no mínimo, e eu pesquisei porque eu vi essa pergunta já para outros colegas, não existe nenhuma normativa que peça para fazer esse tipo de coisa. Não está no escopo das ações nem do Conselho Municipal de Educação, onde eu sou conselheira titular, não está no escopo do Conselho Municipal de Educação fazer análise de aquisição da SMED, não é da alçada do Conselho Municipal, inclusive, estaria incorrendo em ilegalidade se o

fizesse. Não é do escopo de nenhum Conselho Escolar, não está no regramento de Conselho Escolar fazer análise de compra de mantenedora e, se o fizesse, estaria incorrendo em ilegalidade, e não é prerrogativa de direção ou de professor fazer escolha de material adquirido pela mantenedora.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Pois então, veja só, Patrícia: a imprensa divulgou que esses materiais estavam armazenados há meses sem serem distribuídos para os alunos. Como foi que o governo adquiriu todo esses equipamentos e deixou em alguns depósitos, inclusive, locados, com valores subfaturados, alguns deles R\$ 50 mil mensais, que ainda estão lá? A senhora não achou estranho que, comprados esses equipamentos, ficassem tanto tempo sem serem distribuídos para os alunos?

SRA. PATRÍCIA DA SILVA PEREIRA: Então, vereador, eu sequer acompanhei. Quando chegou o material do SAEB, que era o que eu tinha que responder, porque era, inclusive, a fiscal do contrato, eu recebi o telefonema da Simone: “Pati, chegou aqui as carretas com o material, me manda a lista das escolas para ser distribuído”. Eu abri o sistema integrado educacional, baixei um quantitativo de professores e alunos e mandei a lista para a Simone. Essa era a minha tarefa. Eu não acompanhei mais nada, por quê? Porque todas as compras que eu fiz para minha assessoria eu recebi, eu assinei, eu guardei dentro da SMED mesmo, porque não era um quantitativo gigantesco, e fiz a distribuição somente em dezembro, e tem compras que eu comecei em janeiro, e foram entregues em dezembro. Por quê? Porque eu tinha que esperar todos os materiais chegarem para juntar no *kit*.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Então, Sra. Patrícia, um fato que chama atenção é que o processo inicia com um Termo de Referência já indicando o fornecedor escolhido, onde tanto o objeto e a justificativa para as especificações do objeto reproduzem trechos da proposta avaliada pela empresa Inca Tecnologia. Foi a senhora que elaborou esse Termo de Referência?

SRA. PATRÍCIA DA SILVA PEREIRA: Já respondi isso, veio o material da Michele. A vereadora já fez essa pergunta.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Sim, eu percebi, mas como algumas têm que ser mais claro e tal, por isso que eu fiz novamente. E faço a última pergunta, Presidenta: como a senhora definiu quais empresas seriam consultadas para apresentar orçamento, visando cumprir o requisito da comprovação de uma certa... suspeita de uma certa vantagem aqui nesse processo?

SRA. PATRÍCIA DA SILVA PEREIRA: Não foi definido por mim, vereador. Eu já respondi isso. Eu não fiz nenhuma definição. Eu só instruí o processo, incluí os documentos.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): *Ok.* Foi pela senhora?

SRA. PATRÍCIA DA SILVA PEREIRA: Não.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Não. Foi por quem?

SRA. PATRÍCIA DA SILVA PEREIRA: Pela Michele.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Pela Michele. Então, nobre Presidenta, eu não sei se a Michele já foi aqui ouvida, mas dá indício de que ela tem que ser ouvida também. Obrigado.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Muito obrigada, vereador. Passo a palavra para o Ver. Tiago Albrecht, para fazer a sua pergunta.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Presidente Mari; Sra. Patrícia da Silva Pereira, obrigado por ter vindo conversar conosco. Eu queria que a senhora

me ajudasse num ponto, porque, analisando a fala de V. Sa. e contrastando com a fala da Sra. Michele, me pareceu haver uma incongruência, senão uma contradição não da senhora, mas entre a senhora, uma incongruência, uma contradição com o que disse a Sra. Michele, que esteve sentada na mesma cadeira que a senhora ocupa neste momento. A senhora disse, instantes atrás, que apenas assinou e recebeu o material pronto e que assinou. A Sra. Michele disse que a responsabilidade, sentada nessa cadeira aí, ela disse que não era ela quem batia o martelo, mas que a decisão era de uma equipe técnica. Então, eu queria perguntar para a senhora como é que a gente resolve isso? Porque a senhora está dizendo aqui que a senhora pegou um processo pronto e assinou, e a Sra. Michele está dizendo que não, que não era ela, mas havia essa equipe técnica. A senhora fazia parte dessa equipe técnica? A senhora participou de alguma reunião? Como é que eu, vereador, que estou junto com a senhora, junto com a Presidente Mari, com todos, querendo saber a verdade, saber se houve corrupção, se houve formação de cartel, como é que a gente pode dirimir essa, vou chamar de incongruência – para não ficar muito forte, porque posso eu ter interpretado errado –, como a senhora me ajuda a resolver essa incongruência, Sra. Patrícia?

SRA. PATRÍCIA DA SILVA PEREIRA: Então, vereador, como eu já coloquei, eu não faço parte da equipe do ensino fundamental. Eu acho que aí vocês teriam que olhar primeiro o organograma do setor pedagógico. O setor pedagógico tem várias equipes e cada uma dessas equipes tem um coordenador. Eu coordeno a equipe de Educação em Direitos Humanos e Relações Étnico-Raciais, esse é o meu trabalho. Havia uma outra colega naquele momento coordenando a equipe de ensino fundamental, a quem os livros do SAEB eram responsabilidade. Eu não tenho como afirmar quem, quando e como foi feita a avaliação. Como eu disse, eu participava das avaliações de materiais, quando tinha recorte de raça e gênero. Então, por exemplo, o dia que foi lá das mesas digitalizadoras, aí a minha adjunta, na época, a Adri Nunes, foi lá e disse: “Pati, vou descer no auditório e vou olhar os modelos que vieram”. Aí ela me manda

uma foto, tem um desenho que eu não gostei, já vou pontuar. Pontuei. Esse é o nosso trabalho: não gostou do desenho que está dentro da mesa, pontue. Apareceu lá uma criatura que a gente não comprou, porque não gostei, era uma biblioteca digital que tinha “n” livros, e tinham livros que nas nossas bibliotecas já tinham 50 milhões de vezes, inclusive livros que não eram adequados, até um dos livros que estava na biblioteca digital a própria autora recolheu o livro porque foi acusada de racismo, e o livro estava nessa biblioteca digital. Aí o que nós fizemos? Não, não quero, esse livro não nos serve, esse tipo de biblioteca digital não nos serve, porque tem material que é racista. Então não serve, mas eu só faço a análise e só participava das reuniões, quando tinha este recorte. As colegas do ensino fundamental eram o corpo técnico do ensino fundamental – porque cada equipe tem o seu próprio corpo técnico – que fazia a análise dos materiais referentes às escolas de ensino fundamental. Então deve ter passado por elas, não sei, porque eu não estava lá.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Mas esses que a senhora assina e diz que recebe pronto? Foi o que a senhora afirmou, porque a senhora está citando esses do seu recorte.

SRA. PATRÍCIA DA SILVA PEREIRA: Só o SAEB. Não tenho ideia, pode ter passado por elas, mas eu não posso lhe afirmar porque eu não faço parte da equipe. Normalmente as colegas passavam os olhos, olhavam, sentavam, mas...

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Sim, mas, quando vem de cima, vem com ordem da Sra. Michele, é isso?

SRA. PATRÍCIA DA SILVA PEREIRA: É que para mim chegou pronto. Para mim, esse processo...

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Chegou de quem?

SRA. PATRÍCIA DA SILVA PEREIRA: Da Michele. Veio só para eu instruir o processo, porque ela não sabia botar no formato.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Mas a Michele nega que ela tenha tomado a decisão, que existe um corpo técnico...

SRA. PATRÍCIA DA SILVA PEREIRA: Corpo técnico é...

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Mas deixa eu lhe perguntar: a senhora não acha arriscado a senhora só assinar algo que vem pronto e que flagrantemente a Sra. Michele diz que não era ela que tomava a decisão, era uma equipe técnica, a senhora sequer sabe quem é essa equipe técnica...

SRA. PATRÍCIA DA SILVA PEREIRA: Não, eu sei quem é a equipe técnica, acabei de lhe dizer, são as assessoras da equipe de ensino fundamental.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): A senhora não acha arriscado assinar uma coisa, às vezes...

SRA. PATRÍCIA DA SILVA PEREIRA: Na época, eu não achei, não havia nenhuma ilegalidade manifesta ali. Se a lei permite, se todas as certidões estão corretas, e meu trabalho era colocar os documentos...

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Muito bem, vamos para a próxima. O depoente anterior à senhora, o Sr. Giovane, disse que havia uma pressa em gastar o dinheiro público para ficar dentro da Lei de Responsabilidade, aqueles 20% e tal. Nos *e-mails* solicitando orçamentos, a senhora inclusive pede celeridade por parte das empresas consultadas, e a Sra. Michele... A senhora disse que esses contratos, esses processos vieram prontos, a senhora acabou de afirmar, na sua opinião, dentro da legalidade. Dado esse fato de que o Sr. Giovane afirmou, concordando, dizendo que havia essa pressa para gastar, a

senhora pede celeridade das empresas consultadas nos *e-mails*, a senhora afirma que veio tudo pronto, existiu alguma pressa, alguém pulou alguma etapa, veio ordem de cima de algum político, de um algum agente público pressionando para que essa urgência – e essa é a suspeita – pulasse etapas? São as mesmas quatro empresas, duas em Canoas e Porto Alegre, que respondem os *e-mails* praticamente na mesma hora, a secretária Sônia era secretária lá, era secretária aqui, não lhe parece isso tudo muito suspeito?

SRA. PATRÍCIA DA SILVA PEREIRA: Não tenho como dar parecer sobre isso, porque, para mim, ali na... Eu sou somente a coordenadora de uma equipe, tem muita gente acima...

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Por que a senhora pediu urgência, celeridade das empresas?

SRA. PATRÍCIA DA SILVA PEREIRA: Porque estavam nos pedindo que entrassem com os processos.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Quem “estavam”, a Michele?

SRA. PATRÍCIA DA SILVA PEREIRA: A Michele.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Está. Mesmo que ela negue que foi dela a decisão?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): É mas a... bom, tudo bem. Então, a Michele...

SRA. PATRÍCIA DA SILVA PEREIRA: É que não é minha equipe, então, não tem como saber o que aconteceu na equipe da colega. Eu sei da minha.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Para cumprir, Sra. Patrícia, para cumprir com requisito da vantajosidade são apresentados três orçamentos das empresas Pleno, Curty Carvalhal e IBEP. Em uma primeira análise, chama a atenção o fato de a página na internet da empresa Pleno, que é sediada em São Luiz do Maranhão, somente ofertar produtos da área da saúde e não da educação – aventais, máscaras, termômetros, etc. Como é que a senhora soube que essa empresa, de repente, vendia também produtos para área de educação? Quem lhe passou o contato dessas empresas?

SRA. PATRÍCIA DA SILVA PEREIRA: A Michele.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): A Michele também, ela que lhe informou, muito bem. Para encerrar de minha parte, Presidente, com a Sra. Patrícia, a senhora comentou dos critérios técnicos, especialmente nos recortes da sua subsecretaria, etc. e tal, a senhora assinou muitos contratos aí que a gente já sabe também. A testemunha Jailson relatou, no seu depoimento, na mesma cadeira que a senhora está, que a compra de um livro depende de uma análise técnica, gramatura de papel, número de páginas, etc. e tal. Esses requisitos foram levados em conta pela senhora quando a senhora assinou os documentos? A senhora viu algum estudo que comprovasse que esses materiais atendiam a gramatura, alunos iniciais, pá-pá-pá? Por que não há nada nos processos SEI sobre esses estudos que atestariam que as compras eram necessárias?

SRA. PATRÍCIA DA SILVA PEREIRA: Isso era um planejamento da coordenação de gestão pedagógica, não meu. Como eu lhe disse, os processos que eu instruí para a minha assessoria, dentro do meu planejamento, eu faço análise até da fibra do tecido africano que veio. Inclusive contestando o

procurador que colocou por que eu não podia comprar tecido africano feito no Brasil, e aí eu expliquei para ele: “Porque, para ser africano, tem que vir da África”.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Entendi, mas a senhora não me respondeu...

SRA. PATRÍCIA DA SILVA PEREIRA: Eu não... acabei de lhe dizer: eu não tenho quem fez esta análise. Não fui eu que fiz. Não era do meu escopo do trabalho. Eu vou repetir o que estou dizendo desde o começo: meu trabalho foi colocar os documentos, receber, descobrir quando chegou o caminhão, mandar a lista dos alunos, esperar que entregassem, só isso.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Bom, então, para encerrar, Presidente, eu fiquei, Sra. Patrícia, fiquei com essa pulga, com essa incongruência. A senhora diz que não foi a senhora, que a senhora só assinou. A Michele, sentada aí, diz também que não foi ela, que vem de uma equipe técnica. A senhora disse que a Michele dava tudo pronto. A senhora disse que a Michele lhe apresentou uma empresa que vendia produtos hospitalares para entregar produtos estudantis, escolares. Realmente, ainda há muito a ser respondido. Obrigado, Sra. Patrícia, obrigado Presidente.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Muito obrigada, passo a palavra para o Ver. Jonas Reis.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Bom dia, Sra. Prof.^a Patrícia da Silva Pereira, satisfação tê-la aqui conosco, e lhe faço uma primeira pergunta que é a seguinte: nós temos, dentro do mundo escolar, a questão da gestão democrática e, no passado, a SMED sempre consultava as escolas, os projetos político-pedagógicos das escolas que têm uma nucleação na relação com as comunidades, com a história das comunidades expressa ali, vários movimentos

de participação de identidade do território, de construção coletiva, e a primeira pergunta é: ao que a senhora atribui a SMED ir abandonando, ano a ano, a proposta da gestão democrática e chegar ao momento que compra materiais sem sequer fazer a consulta às escolas, aos PPPs? E, de antemão, já refiro que uma eleição municipal de um prefeito, que nomeia seus secretários, seus cargos comissionados, ela, de nenhuma forma, pressupõe que tem o direito de atropelar a legislação, de atropelar lutas coletivas históricas da educação, que uma delas é a gestão democrática, inclusive democratizar mais o sistema. Está colocado no nosso Plano Municipal de Educação, de 2015, no Plano Nacional de Educação, de 2014, e, infelizmente, várias metas não foram alcançadas. Esta é uma pergunta, se a senhora quiser responder. A outra é a seguinte: a senhora sabe o motivo pelo qual exatamente as mesmas três empresas foram as consultadas pela servidora Anelise nos processos de compra da coleção da empresa Inca que ela instruiu? A senhora acha que foi uma coincidência terem sido praticamente as mesmas empresas consultadas pelo município de Canoas, quando a secretária Sônia era a secretária daquele município? Porque, na minha opinião, isso é uma coisa que até agora não foi explicada. Como uma secretária faz compras numa secretaria, consulta empresas, depois vem para outra secretaria e essas mesmas empresas são consultadas por vários servidores. Quem indica essas empresas? Quem diz que essas empresas devem ser consultadas? Como é que elas surgem? E a senhora considera que isso é uma mera coincidência? Obrigado.

SRA. PATRÍCIA DA SILVA PEREIRA: Bom dia, vereador, colega professor Jonas. Eu, como disse desde o começo, só mexi em um processo sob minha responsabilidade desse tipo adesão à ata externa; um! Então eu não vi orçamentos dos outros processos, dei uma olhada naquilo que as gurias precisavam de formato, não de conteúdo dos processos, era formato, botar no formato para que passasse pela Procuradoria, passasse pelos demais órgãos de dentro da secretaria. Então, sinceramente, em nenhum momento fiz comparativo de que empresas estavam sendo analisadas, porque não tinha

tempo para isso; não ia parar para olhar o serviço dos outros. O serviço dos outros é dos outros, eles têm chefe, como eu tenho chefe, e o chefe que tem que responder por isso. Afinal, quem autoriza, ao fim e ao cabo, os processos são as nossas coordenações. Qualquer processo que eu queira pensar em fazer, qualquer aquisição que eu queira pensar em fazer, quem tem que autorizar é a coordenação de gestão pedagógica; e depois dele, o secretário tem que autorizar. Então são essas pessoas que determinaram ou que fizeram a organização, sei lá, autorizaram as compras, que talvez tivesse que ter sido feita uma análise. Não cabia a nós, ali, procurar, se era a empresa do Fulano, do Beltrano, do Cicrano, se tinha comprado, deixado de comprar. Nós não temos como fazer, não tem nem gente especializada para fazer isso dentro da Secretaria de Educação. Pelo menos nós do pedagógico não temos. Isso nem era uma tarefa nossa até a gestão do secretário Adriano. Até a secretária Cleci, nós tínhamos uma Assepla para fazer isso, o pedagógico jamais fez esses processos. Isso não era um processo que fosse dos professores, ninguém sabia fazer adesão à ata, ninguém sabia fazer uma inexigibilidade, uma dispensa de licitação, sequer pensar em abrir uma licitação ou adesão à ata externa, que eu tive que descobrir como é que se fazia. Então, são processos que para nós no ano passado eram todos, para todo grupo ali do pedagógico, eram novidades, e ainda eu estou explicando para os colegas hoje, porque vai trocando a equipe eu tenho que estar ensinando todo mundo. Eu vou ensinando o formato; o conteúdo não me cabe. Isso eu vou responder por aqueles que são da minha assessoria, esses sim, de quem eu comprei os tecidos africanos, de quem eu comprei os artefatos indígenas, por que que eu escolhi a Mitra e não outra empresa para comprar os jogos de madeira para os NEABIs, por que que eu escolhi a Graziela Oliveira ou a Fernanda da UFRGS para fazer palestra e não escolhi o Zezinho do bar da esquina. Então, desses processos eu dou conta, porque esses processos fui eu que comecei, escolhi e terminei, e fui fazer análise de pertinência. Eu não tenho a menor ideia se essas empresas estavam em outras... Só fiquei sabendo quando saíram as notícias, que aí a gente começou a olhar e disse: “Bah, é verdade!”, “Bah, é mesmo!” Como é que a gente não viu

isso? Porque a gente não tem tempo de fazer esse padrão de comunicação dentro. É cada um no seu quadrado, analisando as suas temáticas. Imagina: as gurias do ensino fundamental lidam com 51 escolas próprias; eu tenho que lidar, nas questões étnico-raciais, com as 98 próprias e mais as conveniadas, com os casos de racismo, com os casos de homofobia, com os casos discriminação, com todo o currículo de ERER, o currículo de educação quilombola, mais o Conselho Municipal de Educação, mais o Conselho Municipal do Negro, mais o Comirat, com as questões dos refugiados. Então, com uma equipe de quatro pessoas, eu tenho que dar conta de todo um mundo de casos de hipersensibilidade. Realmente, não me passou pela ideia fazer comparativos de nenhum processo, porque, primeiro, não é da minha alçada. Não sou paga para isso, não é do meu setor, não é da minha assessoria, da minha coordenação. Então, não tinha... Só fiquei sabendo quando começaram, realmente, as questões das denúncias. Por que é que mudou? Bom, mudou o governo. Eu fui estagiária, que, no final dos anos 90, eu conheci o princípio, peguei a época em que estavam construindo o segundo caderno, o de 99. O primeiro, 96; depois, 99; depois, 2003. Eu era estagiária nessa rede municipal, sendo já professora no Estado, porque estava concluindo a faculdade. Eu vi essa construção e era um outro mundo. A gente sabe que era um outro mundo. Era completamente diferente do que nós temos, mas são escolhas que foram votadas pela população de Porto Alegre. Escolheram mudanças de governo por motivo A, B, C ou D. Aconteceu. Agora, se teria como retomar? Não sei. Cada gestão escolhe a forma de como fazer a escolha. Essas gestões, desde a secretária Cleci para cá, não fazem esse tipo de levantamento.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Muito obrigada. Gostaria de solicitar, de maneira breve, que nós tenhamos, então... Encerrando a oitiva da servidora Patrícia, agradeço a sua presença. Sei que hoje é um dia importante no seu trabalho. Parabéns pelo seu compromisso. Gostaria de convidar a servidora Anelise para fazermos breves perguntas a ela.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Vereadora, Presidente... Primeiro eu queria cumprimentar a senhora, porque tem um evento importante ali, o Dia da Consciência...

SRA. PATRÍCIA DA SILVA PEREIRA: Eu estava lá e vim para cá.

Patrícia da Silva Pereira

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): E tem uma professora da Secretaria da Educação também, que tem que ir para lá. E nós estamos só com dois vereadores aqui, vereadora. Eu lhe sugeriria que a senhora fizesse as perguntas por escrito para quem está aí, para depois ler e responder por escrito. Acho que fica mais... Como diz o Ver. Jonas, o povo de Porto Alegre que está assistindo merece. Ele vê esse plenário vazio com três vereadores só. Eu queria lhe propor isto: que se faça essa oitiva, a senhora pode fazer umas perguntas para ela, e ela, se ela se dispuser a responder, mas eu quero verificação de quórum, se não for esse o caso.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Vereador, eu gostaria de solicitar, então, que a gente faça uma oitiva breve, que cada vereador faça as três perguntas, e a gente consegue dar condução. Nós temos vereadores aqui e nós temos a testemunha aqui.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Nós não temos sete vereadores aqui no plenário. Precisamos de sete.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Vereador, eu acredito que vocês estão querendo calar uma testemunha, porque essa testemunha é servidora da Prefeitura.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Da Prefeitura.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Então, acho que nós temos como ouvi-la...

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sim, mas sem quórum, vereadora?

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Vereador...

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Nós não temos aqui quórum. Não tem quórum.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Nós temos aqui os vereadores que estão querendo fiscalizar. Eu acredito que outros vereadores...

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Existe um Regimento, vereadora.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Exato.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): O Regimento não permite, com menos de sete vereadores, continuar a sessão!

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Então, vou ter que solicitar uma convocação extraordinária, o que a gente sabe que não seria...

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Não. A CPI termina hoje. Não é assim. Aqui não é puxadinho, que vai emendando.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Vereador, você sabe que é prerrogativa da presidência da CPI fazer, então, as convocações. Não é o objetivo que a gente acabe chamando e se estendendo, mas, se eu não conseguir ouvir agora a Sra. Anelise, a gente tem...

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Quantas perguntas que nós vamos combinar aqui para fazer?

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Três perguntas para cada vereador, no máximo. E nós estamos...

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Os vereadores...

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): (Manifestação fora do microfone.)
Exatamente...

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Ver.^a Biga, não tenho problema de compartilhar com a senhora...

VEREADORA BIGA PERERA (PCdoB): Isso. Bacana. A ponderação que fazes acho que é justa. Mas eu acho que é uma questão, Ver. Cecchim, de respeito à nossa convidada, que está aqui no plenário entre nós, sim. Nós estamos, na verdade, em seis aqui, neste momento, mas, enfim... Eu acho que a gente chama rapidamente...

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Isso.

VEREADORA BIGA PERERA (PCdoB): E nós nos comprometemos em fazer as principais perguntas que nós julgamos, e responder...

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): E não repetidas...

VEREADORA BIGA PERERA (PCdoB): Isso.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Exatamente.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Servidora, muito obrigada. (Pausa.) Bom, dando continuidade, então, aos ritos formais aqui, nós temos a servidora Anelise. Bom dia. A gente não almoçou ainda; então, para alguns, boa tarde; para outros, bom dia. Eu gostaria que a senhora informasse qual é o seu nome completo, idade, estado civil, endereço, qual sua profissão ou cargo público, onde você exerce sua atividade, se possui ligação com partido político, se presta ou prestou funções então, no exercício de Porto Alegre, no ano de 2022, e se tem algum parentesco ou amizade com algum agente político de Porto Alegre.

SRA. ANELISE TOLOTTI DIAS NARDINO: Vamos ver se eu lembro de tudo para responder, vamos ver. Eu sou Anelise Tolotti Dias Nardino, 53 anos, casada, moro na rua Antônio Carlos Lopes, 58, bairro Medianeira, aqui em Porto Alegre. Trabalho em bibliotecas há 33 anos, 10 anos como servidora concursada do Município de Porto Alegre, atuando na Secretaria Municipal de Educação, não exerço cargo político. Tinha mais alguma pergunta?

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Se a senhora possui alguma ligação com algum partido político.

SRA. ANELISE TOLOTTI DIAS NARDINO: Com partido, não possuo não.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Muito obrigada. Eu vou começar então com algumas perguntas e daí já passo para a Ver.^a Biga, para o Ver. Oliboni, para o Ver. Jonas. Nós tivemos aqui... E gostaria de também de tomar aqui o juramento em que a senhora promete dizer a verdade do que souber e

lhe for perguntado, sob pena de ser processada criminalmente por falso testemunho.

SRA. ANELISE TOLOTTI DIAS NARDINO: Prometo.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Ok. Então, dando início à oitiva, nós verificamos que a senhora instruiu alguns processos que estão sendo fiscalizados na presente CPI. Eu gostaria que a senhora explicasse como é que começaram os processos para a senhora, em que momento, quem solicitou ou como foi esse início.

SRA. ANELISE TOLOTTI DIAS NARDINO: Certo. Na verdade, eu vou fazer uma breve contextualização de como é que eu comecei a trabalhar com esses processos. A biblioteca da SMED, no governo anterior, passou por um processo de desmanche, ela foi fechada. Houve grande demanda da sociedade no retorno da biblioteca, então eu sou convidada pela secretária Janaína a retornar para a secretaria. Então eu estava lotada na equipe de projetos e parcerias da gestão pedagógica, mas desempenhando funções administrativas. Eu não estava como bibliotecária, porque, na verdade, a biblioteca estava fechada. Então a secretária Janaína solicita que sejam feitos projetos de qualificação, já tendo em vista que esse orçamento estaria disponível, pede então sugestões dos setores de projetos para a melhoria, cada uma dentro do seu âmbito de atuação. Então eu monto cinco projetos de qualificação das bibliotecas escolares, que se chama projeto Bibliotecas Inovadoras. E, num determinado momento, então, a nova gestão, com a troca da secretária Janaína, solicita que a gente então pare aqueles processos e inicie esses de compra de acervo.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Então a compra de acervo começa com uma determinação da secretária Janaína?

SRA. ANELISE TOLOTTI DIAS NARDINO: Não, não, da Michele, que foi na gestão da secretária Sônia.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Então foi a Michele que pede para parar aquele processo que a senhora estava instruindo na parte, quando estava respondendo à secretária Janaína, e aí a Michele solicita que a nova proposta envolve outro projeto.

SRA. ANELISE TOLOTTI DIAS NARDINO: Isso. Ela pede então que a gente dê início, então, eu tenho o projeto que é esse da biblioteca Aventura na Leitura, da Inca, o projeto Empreendedorismo, e o outro é o de Educação Financeira. Então, como eu não tinha essa experiência da condução de processos, nunca foi a minha atribuição, não conhecia nem o sistema SEI também, fui aprendendo tudo junto, a Patrícia então foi a pessoa que foi nos instruindo, nos orientando de como fazer. Quando eu coloco então para Michele isso, da minha insegurança de fazer esses projetos, ela disse: “Copia do SAEB”. Foi esse o termo que ela utilizou, e daí explica a pergunta do Ver. Jonas, de por que que todos aqueles orçamentos eram os mesmos, era porque estavam no SAEB. Então eu peguei todos os fornecedores que ela fez o orçamento, e repliquei nesses outros processos.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Então a Patrícia, ou a Michele disse para copiar o SAEB?

SRA. ANELISE TOLOTTI DIAS NARDINO: Foi a Michele que disse para copiar do SAEB. Ela disse que a Patrícia ia nos orientar, a Patrícia, na verdade, ela ficou de professora de todos lá da SMED, que ninguém sabia fazer processo, os fluxos eram muito truncados, a gente não tinha o conhecimento do rito todo dos processos. Então a Patrícia foi nos apontando o caminho, esse roteiro que ela montou de adesão à ata, a gente foi seguindo, e eu fui pegando ali os fornecedores que ela utilizou eu utilizei. Então, foi tudo feito nesse processo.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): E a senhora, em algum momento, ficou frustrada, ou até questionou por que então o projeto anterior, que estava sendo embasado e estudado, foi descontinuado, e, de supetão, me parece que, em poucos meses, começou um projeto novo?

SRA. ANELISE TOLOTTI DIAS NARDINO: Na verdade, houve essa frustração porque esse projeto, as escolas foram consultadas, existia uma expectativa por parte das escolas de receber esse material que envolvia mobiliário, um sistema informatizado, bibliotecas digitais, toda uma renovação do parque tecnológico das escolas também, aquisição de equipamentos. E aí então a ideia seria continuar, ter a continuidade desse projeto. Só que como eu também passei por um problema de saúde no ano, precisei fazer uma cirurgia no meu braço, fiquei afastada por oito meses da secretaria, então virou o ano, e o projeto não se constituiu.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Ver.^a Biga com a palavra.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Rapidamente, quero lhe agradecer a sua presença aqui, Anelise. Nós estamos, de fato, como o Ver. Cecchim comentou, chegando ao fim das oitivas, e muitas perguntas ficaram, ao longo desse processo, sem respostas. Eu considero que hoje a oitiva com a Patrícia, ela foi muito esclarecedora, a Patrícia, ela foi muito objetiva. De qualquer forma, Anelise, nós identificamos que o Termo de Referência para aquisição do produto a Aventura na Leitura, por exemplo, ele já indicava e direcionava a aquisição do produto da Inca, o que é vedado pelas normas do direito público e pela lei das licitações. Embora pareça meritória a aquisição dos livros para a rede municipal, em momento algum, nesses processos se esclarece de que forma todo esse material seria utilizado. Levantamos, portanto, questionamento sobre a razão da aquisição. A senhora saberia apontar onde estão os estudos que embasaram essa aquisição? Quer dizer, para cumprir o requisito da vantajosidade, são

apresentados três orçamentos: Pleno, Curty Carvalho e IBEP. Em uma primeira análise, chama atenção o fato de que na página da internet da empresa Pleno, sediada em São Luiz do Maranhão, somente ofertar produtos na área da saúde, Ver.^a Mari, como aventais, máscaras descartáveis, termômetros. Como é que a senhora soube que essa empresa vendia os mesmos produtos para solicitar esses orçamentos? Quem lhe passou o contato dessas empresas? São esses os questionamentos que eu gostaria que a senhora nos respondesse. Obrigada.

SRA. ANELISE TOLOTTI DIAS NARDINO: Sim, na verdade, como eu segui a orientação que a Michele me passou e como eu não sabia fazer processo, segui os caminhos que a Patrícia tinha utilizado. Então, como a Patrícia utilizou esses fornecedores, esses mesmos que eu utilizei, e eram compras de livros, o SAEB era um grupo de livros, eu também daí fiz sob orientação. A Michele disse também para utilizar esses fornecedores: “Utiliza o que foi no processo do SAEB.” Por isso que eles aparecem replicado nesses outros projetos.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Perfeito. Obrigada. Então tu reafirmas que a orientação era da Michele.

SRA. ANELISE TOLOTTI DIAS NARDINO: Sim, vinha da Michele.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Muito bem. Obrigada.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Passo a palavra para o Ver. Aldacir Oliboni.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Nobre Presidenta, saúdo Vossa Excelência. Queria fazer uma pergunta. Nós estamos aqui interrogando a Anelise. Anelise, olha só. Nós ouvimos há pouco a Patrícia, se eu não me engano, e a Patrícia disse que foi orientada pela Michele. Ela foi relatora, vamos dizer assim, de um processo de compra, e a senhora avaliou três processos. Nos

três processos, a senhora chama as mesmas empresas que a Patrícia chamou, o que acabou favorecendo, tem aqui indício de favorecimento a Inca. Eu sei que a senhora já foi indagada por várias perguntas, mas quem foi que lhe orientou para chamar as mesmas empresas, uma vez que tem uma infinidade de empresas que trabalham com os mesmos materiais escolares no mercado?

SRA. ANELISE TOLOTTI DIAS NARDINO: A coordenadora Michele orientou para que eu seguisse o projeto do SAEB, e aqueles fornecedores apareciam no projeto do SAEB. Então, eu utilizei esses mesmos fornecedores. Ela endossou essa orientação.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Então, Presidente, olha só: tanto a Patrícia como a Anelise, sendo ouvidas aqui, dizem que quem orientou foi a Michele. Importante que a presidência da CPI, da Comissão Parlamentar de Inquérito, solicite, faça um questionário de perguntas para a Michele voltar a responder por que ela orientou que fossem feitas as demais licitações com as mesmas empresas, dando uma suspeita de favorecimento. Caso contrário, temos que chamar a Michele novamente. Muito obrigado.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Sra. Anelise, só perguntando com base no que o Sr. Oliboni falou, essas trocas de orientações com a Michele, elas se davam via WhatsApp, e-mail, folha, verbalmente, como foi essa instrução que veio para a senhora?

SRA. ANELISE TOLOTTI DIAS NARDINO: Essa, em específico, foi verbalmente. Essa questão da nota fiscal, de procurar esses orçamentos foi verbal.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Entendi. E a senhora sentia liberdade de buscar qualquer outro orçamento que não fossem esses três?

SRA. ANELISE TOLOTTI DIAS NARDINO: É, na verdade, o que acontecia? Como eu não tinha o trâmite, eu não sabia como é que era feito, eu segui aquele caminho que já estava apontado, até para facilitar o meu trabalho. Que, como a Patrícia comentou, também, além desses processos, a gente continuava também com nosso trabalho do dia a dia, as outras atribuições de... Então, para ser mais rápido, eu fui ali pelo caminho que ela apontou.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Em algum momento a senhora sentiu, se sentiu, alguma inquietação com relação a esse volume de compra, esses itens comprados ou à maneira que estava sendo feita?

SRA. ANELISE TOLOTTI DIAS NARDINO: Na verdade, com a maneira, não, porque, como foi uma adesão a uma ata, já vinha aquela listagem pronta de documentos, eu não tinha o que dizer com relação... Eu dei uma olhada por cima nos títulos, vi que eram títulos de clássicos, a coleção em si não é ruim, os livros são bons. Eu questionei com ela a questão da quantidade de acervo, conhecendo a realidade das nossas escolas, que muitas são pequenas, escolas Jardins de Praça, que têm uma estrutura pequena, eu realmente questionei essa questão da quantidade, porque, nas bibliotecas escolares, o que a gente recomenda é que tenham, no máximo, cinco livros repetidos, e isso extrapolaria. Então o que a gente sugeriu? Que esse material fosse utilizado também em outros espaços da escola, que se criassem cantinhos de leitura na sala de aula, lugares para leitura coletiva e que, na medida do possível, esse material também fosse disponibilizado para as famílias, que os estudantes pudessem levar para casa para contemplar o Plano Municipal do Livro e Leitura. Seria uma forma de a secretaria também auxiliar, fazer com que a leitura chegasse nas famílias.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): E com relação... A senhora viu que então era um acervo de livros. Você acha que seria correto comprar... Não tinha nenhum livro que poderia ser incorporado ou tirado? Porque a minha pergunta é a seguinte: a gente comprou livros do Sherlock Holmes – que me parece, Ver.^a

Biga, que neste momento foi a melhor decisão, a senhora pode ter certeza, eu ia confirmar aqui, nós compramos livros do Sherlock Holmes –, compramos livros como o Dicionário da Matemática; essa pesquisa de qual é o melhor livro para a escola ou para cada situação de demanda da escola, a gente tem escola de educação infantil, escola que tem ensino médio até em Porto Alegre, nesse momento, na senhora, na atribuição também de ter visto aquela listagem, não surgiu uma pulga atrás da orelha ou um questionamento?

SRA. ANELISE TOLOTTI DIAS NARDINO: Não que chegasse a pulga atrás da orelha, eu questionei o porquê teria que ser dessa forma, porque as escolas recebem verba do programa do Adote um Escritor todos os anos para atualizar os seus acervos. Então era uma prática que realmente não acontecia, eu nunca tinha visto acontecer de a SMED comprar livros para as escolas, enquanto eu estava à frente da biblioteca ali eu nunca tinha visto acontecer. E a gente não teve o que discutir, ela disse que era para ser feita a compra.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Era para ser feita a compra?

SRA. ANELISE TOLOTTI DIAS NARDINO: Era para ser feita a compra.

Anelise Tolotti Dias Nardino

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Muito obrigada.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, Presidente, como nós estamos sem o relator, só anotando, a secretaria da relatoria está anotando as coisas, agora, sim, vereadora, com essa oportunidade que tivemos, agradecendo a presença da testemunha, eu acho que nós podemos encerrar por aqui, sem pedir a verificação de quórum, porque é visível. Agradeço também.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Obrigada. Agradeço, então, a participação, servidora, parabéns pelo seu trabalho. Dou por encerrada, então, a presente sessão da CPI. Obrigada, vereadores.

(Encerra-se a reunião às 12h34min.)